

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 13/10/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 14 e 50.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do MP-MG**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/1d574490-3e85-4871-a6e6-fcef498c862b/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/29ae6811-3453-4792-abee-0c7744faa4cc>



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

QUESTÃO 01. Sobre a autoaplicabilidade de preceitos constitucionais a favor de crianças de 0 a 5 anos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e seu não-oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade do poder público competente.

b) Entre os deveres constitucionais do Estado com a educação está a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

c) O Poder Judiciário pode impor à Administração Pública a efetivação de matrícula de crianças de zero a cinco anos de idade em estabelecimento de educação infantil, sem que haja violação ao princípio constitucional da separação dos poderes.

d) O direito social à educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, constitui norma de aplicabilidade direta e de eficácia imediata, sendo plenamente possível exigir judicialmente do Estado uma determinada prestação material para sua concretização.

e) A educação infantil compreende creche (de 0 a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos) e sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 208, §1º da Constituição Federal, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo. Portanto, seu não-oferecimento, ou a oferta irregular, implica a responsabilidade da AUTORIDADE competente.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 208, VII, da Constituição Federal determina que o Estado deve garantir atendimento ao educando por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A alternativa C está incorreta. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que é possível ao Poder Judiciário impor à Administração Pública a efetivação de matrícula de crianças em estabelecimentos de educação infantil, ao apreciar o RE 1008166/SC. Conforme o STF, se trata de assegurar um direito fundamental previsto na Constituição.

A alternativa D está incorreta. Consoante o art. 08, IV, da Constituição Federal estabelece que a educação infantil é um direito de crianças até 5 anos, sendo, portanto, norma de aplicabilidade direta e de eficácia imediata, possibilitando sua exigência judicial.

A alternativa E está incorreta. A educação infantil é dividida em creche e pré-escola (art. 208, IV, CF), cabendo ao Poder Público a obrigação de ofertar vagas para todas as crianças nessa faixa etária.

QUESTÃO 02. Considerando as assertivas relacionadas ao modelo constitucional de administração pública:

I. Não há previsão expressa do dever de apresentar os resultados alcançados na ordem constitucional brasileira para a Administração Pública, mas essa dimensão deontológica é extraída do princípio da eficiência administrativa.

II. O planejamento administrativo, por não ser expressamente normatizado na ordem constitucional, representa faculdade jurídica do Administrador Público.

III. A eficiência administrativa, prevista no artigo 37, caput, da Constituição da República, integra o modelo de Administração Pública pós-burocrática.

IV. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância da prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

É CORRETA a seguinte alternativa:

a) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.

d) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

e) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Vamos analisar item a item.

O item I está I é falso. A Constituição Federal prevê em seu art. 37, caput, os princípios da administração pública, dentre os quais inclui o da publicidade, que implica na transparência e na prestação de contas dos resultados alcançados.

O item II é falso. O planejamento administrativo é normatizado na Constituição Federal, especialmente no art. 174, que trata das funções de planejamento como determinantes para o setor público e indicativas para o setor privado.

O item III é verdadeiro. O princípio da eficiência está previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e faz parte do modelo de Administração Pública pós-burocrática, tendo em vista o objetivo de maior eficiência e eficácia na administração pública.

O item IV é verdadeira. A Constituição Federal, em seu art. 34, VII, "d", permite a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância da prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

A alternativa D está correta. Conforme os comentários expostos, apenas os itens III e IV são verdadeiros e correspondentes ao disposto na Constituição Federal. As demais alternativas estão incorretas, estando os itens I e II incorretos, conforme comentários dos itens acima expostos.

QUESTÃO 03. O tratamento jurídico à tecnologia previsto na Constituição Federal é disperso em vários dispositivos, demonstrando a multidisciplinaridade do tema. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, a lei assegurará, aos autores de inventos industriais, privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos.

b) Compete concorrentemente à União, Estados e Distrito Federal proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

c) A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente o incentivo à pesquisa e à tecnologia.

d) Às instituições de pesquisa científica e tecnológica são asseguradas autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, próprias das universidades.

e) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Consoante o art. 5º, XXIX, da Constituição Federal ao prever que a lei garantirá aos autores de inventos industriais privilégio o temporário para sua utilização, assim como proteção às criações industriais, marcas, nomes de empresas e outros signos distintivos.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 23, V da Constituição Federal, trata-se de competência comum, não concorrente, conforme afirma a alternativa. A competência comum, também chamada de competência administrativa, refere-se ao âmbito administrativo.

A alternativa C está incorreta. O art. 187 da Constituição Federal estabelece que a política agrícola será planejada e executada conforme a lei e incluirá a participação de produtores, trabalhadores rurais e setores de comercialização, armazenamento e transporte, com ênfase na pesquisa e tecnologia.

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 207 da Constituição Federal, é assegurada às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Essa autonomia se estende também às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

A alternativa E está incorreta. O art. 218 da Constituição Federal dispõe que a pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, visando o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

QUESTÃO 04. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do controle de constitucionalidade:

a) Modulação e interpretação conforme a Constituição representam temas distintos. Modulação é técnica decisória aplicada ao se declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo, regulando-se os efeitos da decisão, por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social. Interpretação conforme a Constituição é técnica decisória e/ou princípio hermenêutico que se destina a conferir sentido normativo compatível com a Constituição.

b) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

c) Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.

d) Lei municipal não pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal. Nada obstante, pode ser objeto do controle abstrato de constitucionalidade, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça.

e) A Constituição do Estado de Minas Gerais, a partir de 2021, trouxe a previsão expressa da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), no âmbito estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A alternativa A está incorreta porque comete um equívoco ao tratar da modulação de efeitos. Modulação é uma técnica geralmente aplicada ao se declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, e não ao se declarar a sua constitucionalidade, como mencionado na alternativa.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de uma característica das decisões do Supremo Tribunal Federal quando exerce o controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa C está incorreta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade é uma ação proposta ao Supremo Tribunal Federal visando declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo. Já a Ação Declaratória de Constitucionalidade é o contrário, pois se visa declarar a constitucionalidade de uma lei ou ato normativo. Portanto, essa afirmação está segundo a lógica das decisões em ações de controle de constitucionalidade.

A alternativa D está incorreta. Os Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados. Logo, o STF não tem competência para julgar a constitucionalidade de leis municipais diretamente. Isso é competência dos Tribunais de Justiça dos Estados.

A alternativa E está incorreta. As Constituições estaduais podem prever a ADPF no âmbito estadual, conforme suas disposições próprias. Nas palavras de Mendes (2013), a ADPF amplia o universo do controle abstrato, vez que, “De certa forma, a arguição de descumprimento de preceito fundamental completa o quadro das “ações declaratórias”, ao permitir que não apenas o direito federal, mas também o direito estadual e municipal possam ser objeto de pedido de constitucionalidade.”

QUESTÃO 05. O exame das normas jurídicas expressamente inseridas nas Constituições da República e do estado de Minas Gerais viabiliza a afirmação de que é INCORRETO:

a) A Constituição mineira não optou por reproduzir os princípios da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição da República. Apresentou, nesse sentido, elenco normativo contendo alguns princípios que não se encontram expressamente disciplinados na Constituição da República.

b) O princípio da sustentabilidade é norma expressa na Constituição mineira.

c) O princípio da razoabilidade apresenta-se expressamente fixado na Constituição mineira.

d) O dever de motivar o ato administrativo praticado, com a explicitação dos fundamentos legais, fáticos e a finalidade, é obrigação do agente público que decorre da sistemática constitucional nacional e estadual, sem previsão expressa na Constituição mineira.

e) O dever de eficácia dos serviços públicos se encontra exposto entre os objetivos prioritários do Estado de Minas Gerais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Para responder a essa questão, exigiu do candidato o conhecimento da Constituição do Estado de Minas Gerais.

A alternativa A está incorreta. A Constituição do Estado de Minas Gerais contém alguns princípios que não são expressamente mencionados na Constituição Federal, refletindo uma abordagem mais ampla em alguns aspectos.

A alternativa B está incorreta. Conforme assim prevê o art. 13 da Constituição de Minas Gerais, o princípio da sustentabilidade é um princípio expresso, refletindo uma preocupação com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A alternativa C está incorreta. O princípio da razoabilidade está expressamente previsto na Constituição de Minas Gerais, visando garantir a proporcionalidade e a justiça nas ações administrativas (art. 13).

A alternativa D está correta. Constituição de Minas Gerais prevê expressamente o dever de motivar os atos administrativos, inclusive com a explicitação dos fundamentos legais, fáticos e a finalidade, em consonância com a sistemática constitucional nacional, consoante o art. 13 da Constituição de Minas Gerais.

A alternativa E está incorreta. A eficácia dos serviços públicos é um dos objetivos prioritários da administração pública do Estado de Minas Gerais, conforme sua Constituição (art. 2º, II).

QUESTÃO 06. Partindo do pressuposto de que há, no direito administrativo brasileiro, tratamentos diversos conforme o tipo de ilegitimidade de atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

a) A decisão administrativa que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa prescinde da indicação de suas consequências jurídicas e administrativas.

b) As disposições introduzidas pela Lei Federal nº 13.655/18, na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, consagraram o princípio do “consequencialismo jurídico”, obrigando a administração a considerar os efeitos e repercussões jurídicas e do mundo real como condição de validade de atos jurídicos.

c) Considerando a garantia constitucional de que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (art. 5º, inc. XXXV, da CF), as consequências jurídicas e administrativas da decisão judicial que decretar a invalidade do processo licitatório não precisam, necessariamente, estar expressamente previstas no ato decisório judicial.

d) O ato decisório administrativo poderá ser baseado em princípios fundamentais abstratos, independentemente dos efeitos práticos da decisão, quando as circunstâncias fáticas incluírem a confiança legítima e boa-fé objetiva como pressuposto da relação entre administração pública e os administrados.

e) Considerando que o “ato administrativo vinculado” é aquele que contém todos os seus elementos constitutivos delineados pela lei, os obstáculos e dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas decorrentes de seu cargo não são óbice à interpretação das normas sobre gestão pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos atos administrativos e das normas de direito público previstas na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB).

A alternativa A está incorreta. Segundo a LINDB, “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas”. Assim, não basta apenas decretar a invalidade, é necessário avaliar os efeitos concretos da decisão.

A alternativa B está correta. A Lei Federal nº 13.655/18 introduziu na LINDB o princípio do consequentialismo jurídico, que exige que a administração pública e os tribunais considerem as consequências práticas das decisões. O art. 20 da LINDB impõe essa análise como condição para a validade dos atos jurídicos. Confira-se: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”.

A alternativa C está incorreta. A decisão judicial que invalida atos administrativos, como um processo licitatório, deve considerar e expor expressamente as suas consequências jurídicas e administrativas. De acordo com a LINDB, “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas”.

A alternativa D está incorreta. A decisão administrativa não pode ser baseada apenas em princípios abstratos sem considerar os efeitos práticos. Consoante a LINDB: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”.

A alternativa E está incorreta. A LINDB reconhece que os obstáculos e dificuldades reais dos gestores públicos e as exigências das políticas públicas devem ser considerados na interpretação e aplicação das normas de gestão pública. Isso é explicitado no art. 22 da LINDB, que preconiza uma interpretação mais flexível das normas em razão das dificuldades reais da administração. Assim: “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados”.

QUESTÃO 07. A respeito da proteção de dados pessoais, incorporada como direito fundamental na Constituição Federal, inclusive na modalidade digital, nos termos da lei, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.

b) Os órgãos notariais e de registro devem fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública, considerando o atendimento à finalidade pública, a persecução do interesse público e com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

c) Não se aplica a LGPD para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, atividades de investigação e repressão de infrações penais, ou provenientes de fora do território nacional

e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

d) O tratamento de dados pessoais sensíveis, assim entendidos aqueles que tangenciam origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, sem consentimento do titular, é possível na hipótese em que for indispensável cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo encarregado.

e) No âmbito do poder público os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A alternativa A está correta. O art. 21 da LGPD prevê: “Art. 21. Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo”.

A alternativa B está correta. Dispõe o §5º do art. 23 da LGPD: “Art. 23. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que: [...] § 5º Os órgãos notariais e de registro devem fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública, tendo em vista as finalidades de que trata o caput deste artigo”.

A alternativa C está correta. Está em consonância ao art. 4º da LGPD, segundo o qual: “Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: [...] III - realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública; b) defesa nacional; c) segurança do Estado; ou d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 11, II, "a" da LGPD, o tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer sem o consentimento do titular, desde que seja indispensável para o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória pelo controlador e não pelo encarregado, como mencionado na alternativa. Assim, “Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador”.

A alternativa E está correta. De acordo com a LGPD: “Art. 25. Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à

prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral”.

QUESTÃO 08. No atual modelo de administração pública pós-burocrática, fruto das reformas administrativas do estado brasileiro, para a satisfação das necessidades públicas na área da saúde, é **CORRETO** afirmar:

a) Os serviços públicos de saúde demandam a criação de cargos públicos a serem preenchidos por concurso público. As ressalvas consubstanciam-se, exclusivamente, na contratação temporária, em casos excepcionais, temporários e com determinabilidade temporal ou, ainda, nas hipóteses de chefia, direção e assessoramento, inerentes aos cargos em comissão.

b) Os serviços públicos de saúde demandam a criação de cargos públicos, considerando a essência fundamental do direito envolvido, a serem preenchidos por concurso público, sendo inconstitucionais as leis de contratação temporária nessa área, por força do caráter ordinário permanente da saúde pública.

c) Os serviços públicos de saúde demandam a criação de cargos públicos, a serem preenchidos por concurso público ou, em viés gerencial permeado pelo princípio da eficiência administrativa, de cargos em comissão, para fins de assessoramento nas atividades estatais de saúde, com vínculo precário, possibilidade de demissão ad nutum e elemento fiduciário.

d) Os serviços públicos de saúde possibilitam aos gestores públicos caminhos jurídicos diversos para as suas estruturas administrativas, entre eles a contratação de organizações da sociedade civil de interesse público ou a contratação de organizações sociais.

e) Os serviços públicos de saúde são incompatíveis com os cargos em comissão no atual desenho constitucional brasileiro, que veda práticas tendentes a fomentar o nepotismo direto, transversal ou cruzado na administração pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da temática serviço público de saúde e Administração Pública.

As alternativas A, B e C estão incorretas. A contratação de profissionais na área de saúde pode, de fato, ser realizada por concurso público, mas o STF permitiu o remanejamento de recursos humanos e até mesmo a contratação de organizações sociais (OS) e OSCIPs. Assim, “No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)” - (RE 684.612/RJ).

A alternativa D está correta. A contratação de OS e OSCIPs como formas de organização e gestão dos serviços de saúde foi reforçada pelo STF, permitindo maior flexibilidade e eficiência na administração pública. Nesse sentido: “No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou,

por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)” - (RE 684.612/RJ).

A alternativa E está incorreta. Os cargos em comissão não são incompatíveis com os serviços de saúde, desde que sejam atendidos os requisitos constitucionais. O STF já decidiu que os serviços de saúde podem ser organizados com a contratação por organizações sociais e OSCs (organizações da sociedade civil de interesse público), além da possibilidade de remanejamento de profissionais. Isso, porém, não elimina a possibilidade de cargos em comissão, desde que respeitada a moralidade e a vedação ao nepotismo (RE 684.612/RJ).

QUESTÃO 09. Considerando que a concessão de serviço público é o instituto por meio do qual o estado atribui o exercício de um serviço público a outra pessoa jurídica ou consórcio que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo poder público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço, é CORRETO afirmar:

a) O concessionário não pode interromper a prestação do serviço público, que deverá manter-se em funcionamento em qualquer situação, inclusive de emergência, sob pena de caracterização da descontinuidade do serviço.

b) Com a revogação da Lei 8.666/93, as disposições da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/21, não se aplicam ao regime das concessões disciplinado pela Lei 8.987/95.

c) Com a finalidade de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais regulamentares e legais pertinentes, o poder público deverá editar portaria específica que disporá sobre a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

d) A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, observado o edital de licitação e demais normas pertinentes, sendo vedada a revogação unilateral do contrato pelo poder concedente.

e) Encampação, caducidade, rescisão e anulação são formas de extinção da concessão pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema concessão de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. O concessionário pode interromper a prestação do serviço público em algumas circunstâncias excepcionais, como previsto no art. 6º, §3º da Lei nº 8.987/95: “Art. 6º [...] § 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e, II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade”. O que a lei proíbe é a interrupção do serviço de forma injustificada, o que configuraria a descontinuidade do serviço público, conforme o princípio da continuidade dos serviços públicos.

A alternativa B está incorreta. A nova Lei nº 14.133/21 se aplica, de forma subsidiária, ao regime das concessões públicas disciplinado pela Lei nº 8.987/95, conforme previsto no art. 186 da Lei de Licitações: “Art. 186. Aplicam-se as disposições desta Lei subsidiariamente à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 [...]”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 32 da Lei nº 8.987/95, a intervenção na concessão não se faz por meio de portaria, mas sim por decreto do poder concedente. Assim, “Art. 32. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida”.

A alternativa D está incorreta. Pelo que se depreende do art. 40 da Lei nº 8.987/95, não é vedada a revogação unilateral do contrato pelo poder concedente. Vejamos: “Art. 40. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente”.

A alternativa E está correta. Segundo o art. 35 da Lei nº 8.987/95: “Art. 35. Extingue-se a concessão por: I - advento do termo contratual; II - encampação; III - caducidade; IV - rescisão; V - anulação; e VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual”.

QUESTÃO 10. Após vencer o procedimento licitatório, a empresa “construtora cimento forte ltda.” foi contratada pelo município de “lagoa dos patos” para construção de uma escola pública, uma vez que o prédio antigo foi destruído pelas chuvas. Quando já havia sido executado mais de 50% (cinquenta por cento) da obra, o procedimento licitatório foi considerado nulo de pleno direito pelo próprio poder público municipal, em razão de direcionamento da licitação por parte dos membros da comissão de licitação em conluio com a empresa vencedora. Com base na lei de licitações, e considerando o fato ora descrito, assinale a opção CORRETA:

a) A empresa contratada terá direito à indenização pelo que houver executado até a data em que a nulidade foi declarada.

b) A nulidade do procedimento licitatório somente gerará efeitos no contrato administrativo após o julgamento definitivo do processo judicial instaurado especificamente para essa finalidade.

c) Se a contratação da empresa fosse celebrada por dispensa de licitação, não haveria necessidade de prévia manifestação dos interessados para contestar a decisão administrativa que decretou a anulação do contrato.

d) Ao pronunciar a nulidade do procedimento de licitação, a autoridade administrativa competente deverá indicar expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, para que seja realizada a apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

e) Considerando que o prédio antigo da escola municipal foi destruído pelas chuvas, o Município poderia ter celebrado contrato verbal com a construtora para construção do novo prédio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a nova Lei de Licitações, a nulidade do contrato não exige a Administração Pública de indenizar a empresa contratada pelo que já foi executado, desde que a empresa não tenha agido de má-fé. No caso descrito, como houve conluio entre a empresa e a comissão de licitação, isso caracteriza má-fé. Dessa forma, a empresa não tem direito à indenização pelo serviço já realizado, pois a nulidade decorreu de uma conduta ilícita praticada pela própria empresa. Assim, “Art. 149. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa”.

A alternativa B está incorreta. A nulidade de um procedimento licitatório pode ser declarada pela própria Administração Pública, independentemente de decisão judicial, conforme o princípio da autotutela, também previsto na nova Lei de Licitações. A declaração de nulidade administrativa gera efeitos imediatos e não depende de decisão judicial definitiva. Vejamos: “Art. 147, Lei 14.133/2021. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público [...]” e “Art. 148. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 desta Lei, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos”.

A alternativa C está incorreta. Mesmo em casos de dispensa de licitação, quando o contrato administrativo é anulado, a Administração Pública deve observar os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme o art. 137 da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21). Vejamos: “Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa [...]”.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 71, §1º da Lei 14.133/2021: “Art. 71, §1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.”.

A alternativa E está incorreta. Prevalece a regra de que a contratação com a Administração Pública deve se dar por escrito, conforme o art. 91 da Lei nº 14.133/21, segundo o qual “Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

QUESTÃO 11. Referente à “Lei do Governo Digital” (Lei nº 14.129/21), que inscreve no âmbito infraconstitucional a “dimensão digital de direitos”, é INCORRETA a alternativa:

a) A chamada “Lei do Governo Digital” se aplica aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público da União; às entidades da administração pública indireta federal, empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, inclusive as que não prestam serviço público, assim como as autarquias e fundações públicas; e às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados, desde que adotem os comandos desta lei por meio de atos normativos próprios.

b) A prestação digital dos serviços públicos, adotada em Minas Gerais através do Decreto 48.383/22, realizada preferencialmente mediante autosserviço, deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial.

d) Considera-se ‘governo como plataforma’ a infraestrutura tecnológica que facilita o uso de dados de acesso público, promovendo a interação entre diversos agentes, de forma segura, eficiente e responsável, para estímulo à inovação, à exploração de atividade econômica e à prestação de serviços à população.

d) Entre os princípios e diretrizes da mencionada lei estão a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis; o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos; a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos; a presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos; a permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço.

e) São garantidos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além de outros já previstos na legislação, os seguintes direitos: gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital; atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário; padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital; recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas; e indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital).

A alternativa A está incorreta. Segundo §1º do art. 2º da Lei nº 14.129/2021, o referido diploma normativo não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que não prestem serviço público, ao contrário do que é afirmado na alternativa. Confira-se: “Art. 2º Esta Lei aplica-se: I - aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público da União; II - às entidades da administração pública indireta federal, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que prestem serviço público, autarquias e fundações públicas; e III - às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, desde que adotem os comandos desta Lei por meio de atos normativos próprios. § 1º Esta Lei não se aplica a empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que não prestem serviço público”.

A alternativa B está correta. Está em conformidade com o art. 14 da Lei do Governo Digital: “Art. 14. A prestação digital dos serviços públicos deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial. Parágrafo único. O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço”.

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 4º, inciso VII da Lei do Governo Digital: “Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se: [...] VII - governo como plataforma: infraestrutura tecnológica que facilite o uso de dados de acesso público e promova a interação entre diversos agentes, de forma segura, eficiente e responsável, para estímulo à inovação, à exploração de atividade econômica e à prestação de serviços à população”.

A alternativa D está correta. Consoante o art. 3º, incisos I, VI, XIV, XV e XVI da Lei nº 14.129/2021: “Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública: I - a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis; [...] VI - o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos; [...] XIV - a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos; XV - a presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos; XVI - a permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço”.

A alternativa E está correta. Dispõe o artigo 27 da Lei do Governo Digital: “Art. 27. São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além daqueles constantes das Leis nºs 13.460, de 26 de junho de 2017, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais): I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital; II - atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário; III - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital; IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas; e V - indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público”.

QUESTÃO 12. Concernente à responsabilidade civil do Estado decorrente de omissão no dever de fiscalizar lojas de fogos de artifícios ou falha na concessão indevida de licença, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para configuração da responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público em ambiente que comercializa ou armazena fogos de artifício devem ser demonstrados: i) conduta omissiva; ii) nexo de causalidade entre a conduta e o dano ocorrido; iii) dano; iv) ausência de excludente da responsabilidade estatal.

b) A Constituição Federal, no art. 37, § 6º, consagra a responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos, que responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

c) Para a responsabilização objetiva das pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela fiscalização dos estabelecimentos comerciais de fogos de artifício, considerando a violação e danos a direitos fundamentais causados a inúmeras vítimas, aplica-se a teoria do risco integral, independentemente de dolo ou culpa.

d) A responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público nos casos de omissão estatal exige o incumprimento de dever de agir específico, aquele inserido em legislação ou regulação que o enumera e vincula ao cumprimento de obrigações determinadas, não se confundindo com as hipóteses de atuação pelos deveres genéricos.

e) Entre as hipóteses de incumprimento de deveres específicos pode ser indicada a expedição de licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata do tema Responsabilidade Civil do Estado.

A alternativa A está correta. A responsabilidade civil do Estado, em regra, é direta e objetiva, lastreada na teoria do risco administrativo. Para sua configuração, faz necessária a observância de alguns requisitos, como: i) conduta; ii) nexos de causalidade entre a conduta e o dano ocorrido (demonstração de que o dano foi causado pela conduta); iii) dano; iv) ausência de excludente da responsabilidade estatal, como a culpa exclusiva do proprietário. No que toca a conduta, para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, a conduta omissiva do ente público, violadora de um dever jurídico específico de agir, deve ser consubstanciada na concessão de licença para funcionamento sem as cautelas legais ou na hipótese de ser de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular (RE 136861/SP).

A alternativa B está correta. O artigo 37, §6º da Constituição Federal estabelece a responsabilidade civil objetiva do Estado: “Art. 37 [...] § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

A alternativa C está incorreta. A teoria do risco integral, que não exige demonstração de dolo ou culpa, é exceção no direito brasileiro e não se aplica a casos de responsabilidade civil por omissão do Estado. Conforme o STF no julgado do RE 136861/SP, a responsabilidade por omissão do Estado exige demonstração de violação de um dever jurídico específico de agir e caracteriza a responsabilidade civil objetiva. Confirma-se: “Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular”.

As alternativas D e E estão corretas. É o que se depreende do entendimento firmado no RE 136861/SP, segundo qual “Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que

ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular”.

QUESTÃO 13. Em relação às finanças públicas e à responsabilidade na gestão fiscal, assinale a opção INCORRETA:

a) A União, Estado, Distrito Federal e Municípios estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) As empresas de economia mista e empresas públicas não estão sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) É vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

d) É nula de pleno direito a desapropriação de imóvel urbano sem o prévio depósito judicial do valor da indenização.

e) Compete ao Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e ao sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público a fiscalização das normas previstas na Lei de Responsabilidade Civil.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão aborda os temas finanças públicas e responsabilidade fiscal.

A alternativa A está correta, conforme art. 1º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”.

A alternativa B está incorreta pois as empresas estatais dependentes estão sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme art. 1º: “Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. (...) § 3º Nas referências: I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos: (...) b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes”.

A alternativa C está correta, conforme art. 42 da LRF: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

A alternativa D está correta, conforme art. 46 da LRF: “É nulo de pleno direito ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem o atendimento do disposto no § 3º do art. 182 da Constituição, ou prévio depósito judicial do valor da indenização”.

A alternativa E está correta, conforme art. 59 da LRF: “O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o

cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a: (...)”.

QUESTÃO 14. O prefeito do município de Pirapora, após obter o licenciamento ambiental pertinente, publicou edital para licitação para contratação de execução indireta de obra de construção de uma estação de ETE – Estação de Tratamento de Esgoto – com tecnologias modernas, a fim de garantir maior eficiência e controle no tratamento dos dejetos residenciais e, desse modo, melhorar a qualidade da água devolvida ao Rio São Francisco. Considerando que o procedimento licitatório é um ato administrativo, assinale a opção CORRETA:

a) Na decisão que julgar integralmente procedente pedido em ação civil pública movida pelo Ministério Público arguindo a nulidade do procedimento licitatório, o juiz revogará o procedimento licitatório.

b) Considerando que um dos objetivos da licitação é assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, as empresas brasileiras licitantes podem ter tratamento diferenciado em relação às empresas estrangeiras que participarem da licitação.

c) A licitação será considerada válida, desde que não haja impacto direto da obra contratada na proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial.

d) De acordo com a Súmula 473 do STF, o prefeito de Pirapora, no exercício do poder de autotutela da Administração, poderá revisar toda a licitação, inclusive anular ou revogá-la, caso verifique a presença de vícios quanto à forma ou quanto à legalidade.

e) Considerando a complexidade da obra de construção da ETE objeto da licitação promovida pela Prefeitura de Pirapora, não haverá necessidade de projeto executivo, mesmo sem a adoção da Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Questão passível de recurso. Em que pese a Banca Examinadora ter apontado a alternativa “D” como correta, entendemos que todas as assertivas se encontram em dissonância ao ordenamento jurídico. Senão, vejamos.

A alternativa A está incorreta. A alternativa pretende confundir os conceitos de revogação e anulação no âmbito do Direito Administrativo. A revogação é um ato administrativo que ocorre por motivos de conveniência e oportunidade, enquanto a anulação ocorre quando há vício de legalidade. O juiz, ao julgar ação civil pública que versa sobre a nulidade de um processo licitatório, pode declarar sua anulação, mas não pode revogar o procedimento. A revogação, como ato discricionário, é prerrogativa exclusiva da Administração Pública.

A alternativa B está incorreta. Segundo a Lei nº 14.133/2021: “Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos [...] II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras”.

A alternativa C está incorreta. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar normas relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, considerando não somente o impacto direto, mas também o impacto indireto que tais obras contratadas possam causar. Assim, consoante o art. 45, inciso V da Lei nº 14.133/2021: “Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a: [...] V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas”. Além disso, a observância de tal requisito não é o único para determinar a validade de um procedimento licitatório.

A alternativa D está incorreta. O examinador, quando da redação da alternativa, atribuiu equivocadamente a verificação da presença de vícios quanto à forma ou legalidade como condição para que o Prefeito revisasse a licitação, tanto para anular quanto revogar. Não coadunamos com esse entendimento, pois. A Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal aduz: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. Assim, observa-se que os motivos de conveniência e oportunidade, que não se confundem com “vícios quanto à forma ou legalidade”, também podem ensejar a revisão do procedimento licitatório, de modo a revogá-lo. A revogação só ocorre por razões de conveniência e oportunidade, isto é, quando o ato é legal, mas deixou de ser adequado ou vantajoso para o interesse público. Portanto, o prefeito de Pirapora, no exercício do poder de autotutela da Administração, poderá revisar toda a licitação. Porém, quando constatar a presença de vícios quanto à forma ou quanto à legalidade poderá tão somente invocar a anulação.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Lei nº 14.133/21 (nova Lei de Licitações), o projeto executivo é etapa obrigatória para a execução de obras públicas, especialmente obras de grande complexidade, conforme o §1º do artigo 46, segundo o qual “§ 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 18 desta Lei”. A ressalva do §3º do art. 18 se refere à hipótese em que “se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos”, que não se aplica ao caso em comento, tendo em vista a complexidade da obra, que foi apontada pelo Examinador na assertiva.

QUESTÃO 16. Tem-se verificado, desde o advento da Reforma do Judiciário, por meio da EC 45/04, o reconhecimento e a adoção de novos instrumentos essenciais à estabilidade, coerência e uniformidade ao sistema jurídico, como as súmulas vinculantes e os recursos reconhecidos pelos Tribunais Superiores de repercussão geral. A observância à jurisprudência, assim, passa a nortear, até mesmo como fonte formal do Direito (arts. 926 e 927, CPC/15), o comportamento tanto da Administração Pública como de todos os sujeitos do processo – partes, Ministério Público e Juiz.

Nessa ordem de ideias, assinale a alternativa CORRETA, que se identifica com as decisões vinculantes proferidas pelo STF e STJ em matéria tributária:

a) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD.

b) Aplica-se a imunidade tributária do Imposto de Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI, em relação à incorporação de imóveis ao patrimônio de empresa, mesmo nos casos em que o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.

c) Incide Imposto de Renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função.

d) É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.

e) É inconstitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, ainda que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda os temas imunidade tributária, isenção tributária e princípio da anterioridade.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 21 de repercussão geral: “É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCD”.

A alternativa B está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 796 de repercussão geral: “A imunidade em relação ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado”.

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 808 de repercussão geral: “Não incide imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função”.

A alternativa D está correta pois vai ao encontro da tese fixada pelo STF no Tema 1184 de repercussão geral: “1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado (...).

A alternativa E está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema 1084 de repercussão geral: “É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório”.

QUESTÃO 17. O interesse público envolvido nas atividades financeiras do Estado revela a necessidade de disciplinar, cada vez mais, a regulamentação, fiscalização e controle das despesas e das receitas públicas.

Considerando o “direito do cidadão ao Governo honesto” (STF, Inq. n. 3.983/DF, rel. Min. Celso de Mello), a Constituição da República estabelece uma série de princípios que visam resguardar a boa governança e a gestão financeira dos Entes públicos, com condições adequadas de crescimento socioeconômico.

Neste contexto, assinale a alternativa INCORRETA, que não se identifica com tais diretrizes:

a) Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

b) Limite de prudência consiste na comunicação por parte dos Tribunais de Contas a cada Poder ou Ente Público ao verificar que os gastos totais com pessoal ultrapassam 90% da receita corrente líquida.

c) A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.

d) É vedado ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

e) São vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, bem como a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão aborda o tema responsabilidade fiscal.

A alternativa A está correta, conforme art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios”.

A alternativa B está incorreta pois o limite prudencial é “ativado” quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, conforme art. 22, parágrafo único, da LRF: “Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: (...)” O limite referido na alternativa é o limite alerta, encontrado no art. 59, § 1º, da LRF: “Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem: (...) II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite”.

A alternativa C está correta, conforme art. 2º da LC 200/2023: “A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de

resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.”.

A alternativa D está correta, conforme art. 42 da LRF: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

A alternativa E está correta, conforme art. 167 da CF: “São vedados: I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual; (...) V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;”.

QUESTÃO 18. Como ramo especial do Direito, o Direito Eleitoral contém normas que asseguram a organização e o exercício, fundamentalmente, de direitos políticos dos cidadãos brasileiros votarem e serem votados. Para tanto, regulamenta, desde o alistamento dos eleitores à investidura dos candidatos a cargos eletivos, forte no devido processo eleitoral, desde a organização dos partidos políticos e a inscrição dos candidatos, até a apuração dos votos e a diplomação dos eleitos, para garantir que as eleições sejam livres, justas e transparentes, assegurando a participação democrática da população. Compete à Justiça Eleitoral, especializada que é, exercer poder plúrimo, tanto administrativo, legislativo e jurisdicional, realizando o controle do devido processo eleitoral, para concretizá-lo. Marque a alternativa CORRETA sobre o registro de candidaturas para controle da elegibilidade dos candidatos:

a) A análise, pela Justiça Eleitoral, das regras legais que configurem a inelegibilidade de um candidato e possam impedir o registro de sua candidatura, deve ser interpretada de modo restritivo, para que não abarquem situações que a lei não contempla, impedindo que candidatos disputem eleições.

b) A análise, pela Justiça Comum federal, das regras legais que configurem a inelegibilidade de um candidato e possam impedir o registro de sua candidatura, deve ser interpretada de modo restritivo, para que não abarquem situações que a lei não contempla, impedindo que candidatos disputem eleições.

c) A análise, pela Justiça Eleitoral, das regras legais que configurem a inelegibilidade de um candidato e possam impedir o registro de sua candidatura, deve ser interpretada extensivamente, para que abarquem outras situações que a lei não contempla, impedindo que candidatos disputem eleições.

d) Cabe à Justiça Eleitoral, por seu Tribunal Superior Eleitoral, conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade, quando se tratar de candidato a senador, governador, vice-governador de estado e do Distrito Federal, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital.

e) Cabe à Justiça Eleitoral, por seus Tribunais Regionais Eleitorais, conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade, quando se tratar de candidato a prefeito, vice-prefeito e vereador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema condições de elegibilidade.

A alternativa A está correta, a análise das condições de elegibilidade é verificada pela Justiça Eleitoral e deve ser interpretado de modo restritivo, conforme já decidido pelo Ministro Marco Aurélio no julgamento de Recurso Especial Eleitoral: “As normas regedoras das inelegibilidades são de direito estrito, descabendo a adoção de forma interpretativa que importe em elastecer-lhes o teor. A inelegibilidade da alínea `d´ do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/90 pressupõe que se trata de eleições pretéritas ou futuras, o trânsito em julgado do provimento emanada da Justiça Eleitoral, que, no bojo de representação, haja implicado o lançamento ao mundo jurídico da ocorrência de abuso do poder econômico ou político. Não há como dissociar a regra insculpida no inciso XIV do artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90 da condição imposta na referida alínea `d´. (Recurso Especial Eleitoral nº 12.236, rel. Min. Marco Aurélio, de 26.8.1994.)”;

A alternativa B está incorreta, pois a análise é realizada pela Justiça Eleitoral, que tem competência para matéria eleitoral, e não pela Justiça Comum Federal;

A alternativa C está incorreta, conforme dispõe o já mencionado Recurso Especial Eleitoral na alternativa A, a interpretação é restritiva e não extensiva;

A alternativa D está incorreta, pois a arguição somente caberá ao Tribunal Superior Eleitoral quando se tratar de arguição de inelegibilidade de candidato a Presidente ou Vice - Presidente, conforme dispõe o artigo 2º da lei complementar 64/90: “Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade. Parágrafo único. A arguição de inelegibilidade será feita perante: I - o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República; II - os Tribunais Regionais Eleitorais, quando se tratar de candidato a Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital;

A alternativa E está incorreta, conforme o art. 2º da lei complementar 64/90 esta atribuição cabe aos Juízes Eleitorais: “Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade. Parágrafo único. A arguição de inelegibilidade será feita perante: III - os Juízes Eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

QUESTÃO 19. Segundo o §11, do art. 14, da CR/88: “a ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má fé”. Quanto à ação de impugnação de mandato eletivo – AIME – prevista constitucionalmente, está INCORRETA:

a) Os legitimados ativos podem propor a AIME de forma isolada ou em litisconsórcio (partidos políticos, coligações, candidatos e Ministério Público), já que a legitimidade ativa é concorrente. Durante o processo eleitoral, partido político coligado não tem legitimidade para propor isoladamente uma AIME, mas a possui exclusivamente para questionar a validade da própria coligação. Findo o pleito, o partido político, antes coligado, pode propor a AIME de forma isolada. Já para a legitimidade passiva ad causam, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária, em razão do princípio da indivisibilidade da chapa.

b) O mandato eletivo poderá ser impugnado por AIME, proposta perante a Justiça Eleitoral, no prazo decadencial de quinze dias, a fluir no primeiro dia subsequente à cerimônia de diplomação, não

importando se tal dia seja útil ou tenha expediente forense, instruída a inicial com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

c) A decisão exarada na AIME tem eficácia imediata, por impugnar o mandato que foi conseguido através do abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, o que afasta a aplicação do art. 216 do Código Eleitoral: “Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude”.

d) Por ter a AIME nítido propósito investigativo, qualquer partido político, coligação, candidato, cidadão ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

e) A definição da competência para julgamento da AIME se dá em razão de ser a mesma para a diplomação dos eleitos – do TSE para impugnação de Presidente e Vice-Presidente da República; TRE para impugnação de governador e respectivo vice, deputados estaduais e federais, senadores e respectivos suplentes e do Juízo Eleitoral para impugnação de prefeitos, respectivos vices e vereadores – consequentemente, a ela não se aplicam as regras de prerrogativa de função, já que a AIME não é ação penal eleitoral.

Comentários

A questão pede a alternativa incorreta, portanto o gabarito é a **letra D**. A questão trata do tema Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.

A alternativa A está correta, de fato os legitimados ativos e passivos estão corretamente listados, e o entendimento sobre a indivisibilidade sedimentado na súmula nº 38 do TSE: “Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.”;

A alternativa B está correta, a norma contida no art 14 § 10 da Constituição Federal que assim dispõe: “O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.”;

A alternativa C está correta, a decisão exarada na AIME tem eficácia imediata, excepcionando-se a aplicação do art.216 do Código Eleitoral;

A alternativa D está incorreta, pois o cidadão não tem legitimidade para propor a AIME. São legitimados para a ação a) partidos; b) coligações; c) candidatos; e d) Ministério Público.

A alternativa E está correta, a AIME é uma ação constitucional eleitoral e para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a AIME ocupa uma *preferred position* em relação às demais ações eleitorais, ante a jusfundamentalidade formal e material gravada pelo constituinte de 1988.

QUESTÃO 20. “Os crimes eleitorais são infrações que atentam contra bens jurídicos eleitorais. O objetivo da tipificação penal é zelar por bens relevantes, como a autenticidade do processo eleitoral, o funcionamento do serviço eleitoral, a liberdade eleitoral e os padrões éticos ou igualitários nas atividades eleitorais” RAIS, Diogo (coord.). Direito eleitoral digital. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. E-book. Disponível em: <https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/133438/v3>.

Quanto aos crimes tipicamente eleitorais e a atuação do órgão do Ministério Público, está CORRETA:

a) No dia da eleição, pratica o delito de boca de urna, (art. 39, § 5º, inc. II, in fine, da Lei n. 9.504/97) punido com detenção e multa, o indivíduo que distribui material de propaganda ou arregimenta eleitores ou, ainda, manifesta sua intenção eleitoral de forma tácita, individual e silenciosa; portanto, nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o crime não é de mera conduta.

b) Pratica crime eleitoral o eleitor que, no dia eleição, publica ou impulsiona novos conteúdos nas aplicações de internet, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações dos conteúdos publicados anteriormente.

c) São proibidas a realização de comícios e a utilização de aparelhagens de sonorização fixas no período compreendido entre 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas, inclusive no dia do comício de encerramento da campanha.

d) É vedada a propaganda eleitoral mediante outdoors, exceto eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular, afastado o pagamento de multa.

e) Promoção de desordem, em seção eleitoral, no dia do pleito: o mero tumulto causado por insatisfação com a fila de votação, tendo o eleitor proferido palavras de baixo calão aos mesários, sem paralisar ou interromper os trabalhos já é bastante para configuração do delito previsto no art. 296 do Código Eleitoral, pois não se exige o efetivo prejuízo aos trabalhos eleitorais para sua tipificação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema crimes eleitorais.

A alternativa A está incorreta, pois não pratica o delito de boca de urna quem se manifesta de forma individual e silenciosa, conforme dispõe a lei nº 9.504/97: “Art. 39-A. É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.”

A alternativa B está correta, pois de acordo com a literalidade do artigo 39, §5º, inciso IV da lei nº9.504/97 : “ Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR: a publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o art. 57-B desta Lei, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.”;

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 39 § 4º da lei n 9.504/97: “A realização de comícios e a utilização de aparelhagens de sonorização fixas são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais 2 (duas) horas.”;

A alternativa D está incorreta, pois a vedação também abrange os outdoors eletrônicos, conforme dispõe o 39 § 8º da lei n 9.504/97: “É vedada a propaganda eleitoral mediante outdoors, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).”;

A alternativa E está incorreta, pois o elemento do tipo penal exige que a desordem tenha de fato prejudicado os trabalhos eleitorais. No caso concreto pode haver a configuração do crime de desacato pelas palavras de baixo calão proferidas contra os mesários.

QUESTÃO 21. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Em razão do princípio da legalidade, a estrutura semântica da lei incriminadora deve ser rigorosamente observada e suas elementares devem encontrar adequação fática para que o comando secundário seja aplicado, exercendo o tipo penal uma imprescindível função de garantia.

b) Todos os tipos comissivos dolosos também admitem punição a título de culpa, se presente a negligência, imprudência ou imperícia, sendo que em ambos os casos (dolo ou culpa) a tipicidade material poderá ser inferida independentemente da violação do bem jurídico tutelado.

c) A tipicidade é a *ratio cognoscendi* da antijuridicidade, isto é, a adequação do fato ao tipo faz surgir o indício de que a conduta é antijurídica, sendo essa presunção afastada apenas diante da configuração de uma causa de justificação.

d) Os elementos normativos do tipo auxiliam o legislador na tarefa de descrever o comportamento proibido, caracterizando-se por circunstâncias que não se limitam em descrever o natural, mas implicam um juízo de valor.

e) Na tipicidade conglobante, o juízo de tipicidade é analisado partindo do sistema normativo considerado em sua globalidade, sendo imprescindível verificar não apenas a subsunção da conduta ao tipo, mas também se o comportamento é antinormativo, ou seja, não determinado ou incentivado por qualquer ramo do Direito.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre princípios e elementos essenciais do Direito Penal, como a tipicidade, antijuridicidade, dolo e culpa, e a função da lei penal.

A alternativa A está correta. O princípio da legalidade é um dos pilares do Direito Penal, garantindo que ninguém será punido sem prévia cominação legal. Isso implica que a descrição da conduta no tipo penal deve

ser rigorosamente observada, para que haja adequação fática entre o fato ocorrido e a norma incriminadora. Este princípio atua como uma garantia contra arbitrariedades, exigindo clareza e precisão na tipificação das condutas.

A alternativa B está incorreta. Nem todos os tipos dolosos admitem punição a título de culpa. O Direito Penal prevê que alguns crimes são exclusivamente dolosos, ou seja, só podem ser cometidos com a intenção (dolo), não havendo previsão de punição por culpa (negligência, imprudência ou imperícia). Além disso, a tipicidade material depende da violação de um bem jurídico tutelado, sendo essencial que haja dano ou perigo concreto ao bem protegido para que se configure o crime. A jurisprudência dos tribunais superiores reforça a necessidade da análise da ofensa ao bem jurídico para caracterizar a tipicidade.

A alternativa C está correta. O entendimento doutrinário e jurisprudencial afirma que a tipicidade é um indício de antijuridicidade, isto é, ao se subsumir uma conduta a um tipo penal, presume-se que ela seja antijurídica, salvo a presença de uma causa de justificação, como legítima defesa.

A alternativa D está correta. Os elementos normativos são aqueles que exigem uma avaliação de valor ou interpretação jurídica para serem compreendidos, como "honra" ou "funcionário público". Eles complementam a descrição típica, e essa avaliação é fundamental para a caracterização da conduta criminosa.

A alternativa E está correta. A teoria da tipicidade conglobante, desenvolvida por Zaffaroni, tem sido aceita pela doutrina e jurisprudência brasileira, especialmente nos tribunais superiores. Ela estabelece que a tipicidade deve ser analisada de forma global, considerando se o comportamento é realmente antinormativo, ou seja, contrário ao ordenamento jurídico como um todo, verificando se a conduta não foi permitida ou incentivada por outras normas do direito.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra B, estando corretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 22. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A culpabilidade analisada sob o vértice da potencial consciência da ilicitude encontra-se atrelada ao seu sentido estrito, enquanto integrante do conceito analítico de crime, e não se confunde com a valoração afeta às circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal.

b) A punibilidade não integra o conceito analítico de crime, sendo sua consequência jurídica.

c) A ilicitude ou antijuridicidade compõe o conceito analítico de crime, podendo ser excluída se presentes causas de justificação, consistentes na legítima defesa, no estado de necessidade, no estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito.

d) Constituem o mesmo instituto penal a culpabilidade enquanto integrante do substrato do crime e enquanto circunstância judicial a ser valorada na aplicação da pena.

e) Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade estão de tal forma relacionadas entre si que cada elemento posterior do delito pressupõe o anterior.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão aborda o conceito analítico de crime e os seus elementos (tipicidade, ilicitude e culpabilidade), além de diferenciar a culpabilidade enquanto elemento do crime e como circunstância judicial no momento da dosimetria da pena.

A alternativa A está correta. A culpabilidade, no conceito analítico de crime, refere-se à reprovabilidade da conduta, o que inclui a potencial consciência da ilicitude. Já as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal são utilizadas para determinar a pena dentro do mínimo e máximo legal, sendo uma etapa posterior à análise da culpabilidade enquanto elemento do crime. A doutrina e a jurisprudência fazem essa distinção clara entre a culpabilidade como elemento do crime e sua função na dosimetria da pena.

A alternativa B está correta. A punibilidade não faz parte do conceito analítico de crime (que inclui tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade). A punibilidade é a consequência jurídica da prática do crime, ou seja, a aplicação da sanção penal.

A alternativa C está correta. A ilicitude é um dos elementos do conceito analítico de crime e pode ser excluída pelas chamadas causas de justificação, como a legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito, conforme previsto no Código Penal.

A alternativa D está incorreta. A culpabilidade como elemento do crime e a culpabilidade como circunstância judicial são institutos distintos. No conceito analítico do crime, a culpabilidade refere-se à reprovabilidade da conduta e é um dos elementos necessários para a configuração do delito. Já no momento da dosimetria da pena, a culpabilidade é uma das circunstâncias judiciais consideradas para determinar a pena adequada, conforme o art. 59 do Código Penal. A doutrina e a jurisprudência destacam essa distinção, sendo equivocada a afirmação de que ambos os conceitos são o mesmo instituto.

A alternativa E está correta. O conceito analítico de crime é estruturado de forma sequencial: primeiro, verifica-se a tipicidade; em seguida, a antijuridicidade; e, por fim, a culpabilidade. Se um dos elementos estiver ausente, o crime não se configura.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra D, estando corretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada, verificando-se nos prazos previstos no Código Penal, que não são afetados pela reincidência do condenado.

b) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

c) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

d) Nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e o adolescente, previstos no Código Penal ou em legislação especial, a prescrição começa a correr da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

e) A interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime, exceto quando a interrupção decorre da reincidência, ou pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata de aspectos relacionados à prescrição penal e à extinção da punibilidade.

A alternativa A está incorreta. Embora a prescrição, após o trânsito em julgado, se regule pela pena aplicada, a reincidência do condenado afeta o cálculo da prescrição. Nos termos do art. 110, §1º, e art. 61, I, do Código Penal, a reincidência aumenta o prazo prescricional em um terço. Portanto, a reincidência interfere sim nos prazos da prescrição, o que torna essa alternativa incorreta.

A alternativa B está correta. A extinção da punibilidade de um crime que sirva como pressuposto ou agravante de outro não se estende a esse outro crime. Crimes conexos mantêm suas características autônomas e podem agravar a pena, mesmo que a punibilidade de um seja extinta. Este entendimento está de acordo com o art. 108 do Código Penal.

A alternativa C está correta. A prescrição, após o trânsito em julgado para a acusação, é determinada com base na pena aplicada, conforme o art. 110 do Código Penal. O termo inicial da prescrição nunca pode ser anterior à denúncia ou queixa.

A alternativa D está correta. Essa alternativa reflete corretamente o disposto no art. 111, V, do Código Penal, que determina que, para crimes contra a dignidade sexual envolvendo menores, o prazo da prescrição começa a contar a partir do momento em que a vítima atinge a maioridade, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

A alternativa E está correta. A interrupção da prescrição se aplica a todos os coautores e partícipes do crime, exceto nos casos específicos mencionados, como a reincidência, que afeta apenas o condenado reincidente, e o início ou continuação do cumprimento da pena, que afetam diretamente o condenado que está cumprindo a pena. Este entendimento é corroborado pelo art. 117 do Código Penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra A, estando corretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 24. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. O consentimento da vítima, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre o agente e a vítima não afastam a ocorrência do crime.

b) Nas hipóteses em que há imprecisão acerca do número exato de eventos abusivos à dignidade sexual da vítima, praticados ao longo de um extenso período, é inadequado o aumento de pena pela continuidade delitiva em patamar superior ao mínimo legal.

c) Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável, independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual.

d) O estado de sono ou o avançado estado de embriaguez da vítima, que lhe retire a capacidade de oferecer

resistência, são circunstâncias aptas a revelar sua vulnerabilidade, levando a prática da conjunção carnal ou outro ato libidinoso a caracterizar o estupro de vulnerável, independentemente da idade da vítima.

e) A contemplação lasciva configura o ato libidinoso constitutivo dos crimes de estupro e estupro de vulnerável, sendo irrelevante, para a consumação dos delitos, que haja contato físico entre ofensor e vítima.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão aborda os elementos constitutivos do crime de estupro de vulnerável e outros crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está correta. O crime de estupro de vulnerável, conforme previsto no art. 217-A do Código Penal, é configurado sempre que há prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. Não importa o consentimento da vítima, sua experiência sexual ou a existência de um relacionamento amoroso entre vítima e agente. A jurisprudência consolidada do STJ e STF reafirma que menores de 14 anos são incapazes de consentir validamente para atos sexuais, tornando irrelevantes essas circunstâncias.

A alternativa B está incorreta. O entendimento jurisprudencial é no sentido de que, mesmo havendo imprecisão quanto ao número exato de abusos praticados ao longo de um período extenso, o aumento de pena pela continuidade delitiva pode ser superior ao mínimo legal, a depender das circunstâncias do caso concreto. O STJ já decidiu que, quando há clara evidência de múltiplos atos ilícitos praticados repetidamente contra a vítima, é possível a majoração do patamar acima do mínimo previsto no art. 71 do Código Penal. Portanto, a alternativa está incorreta.

A alternativa C está correta. A prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, com o dolo específico de satisfazer à lascívia, configura estupro de vulnerável, de acordo com o art. 217-A do Código Penal. A jurisprudência tem reiterado que, independentemente da gravidade ou superficialidade do ato, quando há

esse dolo, não é possível a desclassificação para o crime de importunação sexual, que exige uma conduta menos grave.

A alternativa D está correta. O estado de sono ou embriaguez extrema que impede a vítima de resistir pode caracterizar a vulnerabilidade exigida para o crime de estupro de vulnerável, conforme entendimento do STJ. Não se exige que a vítima seja menor de 14 anos, desde que a incapacidade de resistência seja demonstrada, a vulnerabilidade fica configurada e o crime de estupro de vulnerável é caracterizado.

A alternativa E está correta. A contemplação lasciva, embora sem contato físico, pode configurar ato libidinoso, conforme entendimento jurisprudencial. O ato libidinoso não precisa necessariamente envolver contato físico, desde que seja um comportamento sexualmente invasivo ou constrangedor para a vítima. Portanto, a jurisprudência considera que atos como a contemplação lasciva podem caracterizar estupro de vulnerável, conforme o contexto.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra B, estando corretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 25. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes cometidos contra a Administração Pública, ainda que o valor seja irrisório, porquanto a norma penal busca tutelar não somente o patrimônio, mas também a moral administrativa.

b) É possível o agravamento da pena-base nos delitos praticados contra a Administração Pública com fundamento no elevado prejuízo causado aos cofres públicos, a título de consequências do crime.

c) Há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, uma vez que estão previstos em tipos penais distintos e autônomos, são independentes e a comprovação de um deles pressupõe a do outro.

d) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.

e) A consumação do crime de peculato-desvio ocorre no momento em que o funcionário efetivamente desvia o dinheiro, valor ou outro bem móvel, em proveito próprio ou de terceiro, ainda que não obtenha a vantagem indevida.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre crimes contra a Administração Pública, como peculato, corrupção passiva e ativa; aplicabilidade do princípio da insignificância e a possibilidade de agravamento de pena.

A alternativa A está correta. A jurisprudência do STF e do STJ é consolidada no sentido de que o princípio da insignificância não se aplica a crimes contra a Administração Pública, mesmo que o valor seja pequeno. Isso ocorre porque esses crimes tutelam não apenas o patrimônio público, mas também a moralidade

administrativa e a confiança pública. Assim, o simples fato de o valor ser irrisório não exclui a tipicidade do crime.

A alternativa B está correta. A jurisprudência admite o agravamento da pena-base nos crimes contra a Administração Pública quando há elevado prejuízo aos cofres públicos. Isso pode ser considerado como uma circunstância negativa das "consequências do crime", conforme o art. 59 do Código Penal, justificando a majoração da pena em razão da gravidade do dano.

A alternativa C está incorreta. A corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e a corrupção ativa (art. 333 do Código Penal) são crimes distintos e autônomos, mas não dependem necessariamente da comprovação de um para a configuração do outro. Embora sejam delitos correlacionados — já que um envolve o recebimento e o outro o oferecimento de vantagem indevida —, é possível que se comprove um dos crimes sem que haja a efetiva configuração do outro. Por exemplo, pode haver tentativa de corrupção ativa sem que o agente público aceite a vantagem, ou corrupção passiva mesmo sem a comprovação do oferecimento.

A alternativa D está correta. A jurisprudência do STF e STJ entende que a prática de crimes contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de maior responsabilidade justifica a majoração da pena, pois aumenta a gravidade do comportamento ilícito. Isso é uma aplicação do princípio da proporcionalidade, dado que quanto maior a responsabilidade do agente, maior a reprovabilidade da conduta.

A alternativa E está correta. O crime de peculato-desvio (art. 312 do Código Penal) se consuma no momento em que o agente público desvia dinheiro ou bem móvel em proveito próprio ou de terceiros, independentemente de obter a vantagem indevida. A consumação ocorre com o ato de desvio, não sendo necessário o resultado de enriquecimento do agente.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra C, estando corretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 26. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância.

b) No crime de extorsão, a ameaça a que se refere o caput do art. 158 do CP, exercida com o fim de obter a indevida vantagem econômica, pode ter, por conteúdo, grave dano aos bens da vítima.

c) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

d) Há concurso formal impróprio no crime de latrocínio nas hipóteses em que o agente, mediante uma única subtração patrimonial, provoca, com desígnios autônomos, dois ou mais resultados morte.

e) O roubo praticado em um mesmo contexto fático, mediante uma só ação, contra vítimas diferentes, enseja o reconhecimento de crime único, não havendo que se falar em concurso de crimes.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre crimes contra o patrimônio, como furto, roubo, extorsão e latrocínio; princípio da insignificância, consumação e concurso de crimes.

A alternativa A está correta. A jurisprudência do STF e STJ entende que a restituição do bem furtado, ainda que imediata e integral, não é suficiente para a aplicação do princípio da insignificância. Esse princípio exige, além do pequeno valor do bem, outros requisitos como a ausência de periculosidade social da ação e a mínima ofensividade da conduta. A devolução do bem é um fator a ser considerado, mas não determina, isoladamente, a aplicação da insignificância.

A alternativa B está correta. No crime de extorsão, previsto no art. 158 do Código Penal, a ameaça pode envolver grave dano, tanto físico quanto patrimonial, à vítima. O importante é que essa ameaça seja suficiente para constranger a vítima a entregar uma vantagem econômica indevida ao agente.

A alternativa C está correta. A jurisprudência do STJ entende que o crime de roubo se consuma com a inversão da posse do bem, mediante violência ou grave ameaça, independentemente de o agente manter a posse de forma tranquila ou por longo tempo. O fato de a coisa roubada ser recuperada logo após o crime, como no caso de perseguição imediata, não impede a consumação do delito, pois o que se exige é apenas a inversão da posse.

A alternativa D está correta. O concurso formal impróprio ocorre quando, com uma só conduta, o agente provoca dois ou mais resultados, mas com desígnios autônomos (ou seja, a intenção de causar múltiplos resultados). No caso de latrocínio, se o agente, em uma única subtração patrimonial, provoca duas ou mais mortes com intenções autônomas, configura-se o concurso formal impróprio.

A alternativa E está incorreta. O entendimento jurisprudencial é que o roubo praticado contra vítimas diferentes, ainda que no mesmo contexto fático, configura concurso de crimes, pois cada vítima representa um crime distinto. A jurisprudência do STJ e STF segue a orientação de que há pluralidade de crimes (concurso formal) quando um agente, em uma única ação, atinge várias vítimas, pois se trata de lesão a bens jurídicos individuais (patrimônio de cada vítima).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra E, estando corretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 27. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Considera-se vítima de especial vulnerabilidade aquela cuja singular fragilidade resulte, especificamente, de sua idade, gênero, estado de saúde ou de deficiência, bem como do fato de o tipo, o grau e a duração da vitimização terem resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições de sua integração social.

b) Considera-se vítima coletiva o grupo social, comunidades ou organizações sociais atingidas pela prática de crime, ato infracional ou calamidade pública que ofenda bens jurídicos coletivos, tais como a saúde pública, o meio ambiente, o sentimento religioso, o consumidor, a fé pública, a administração pública.

c) Entendem-se como fatos vitimizantes a ação ou omissão que causa dano, menoscaba ou coloca em perigo os bens jurídicos ou direitos de uma pessoa, convertendo-a em vítima, assim entendidos os exclusivamente tipificados como crime.

d) Observado o dolo específico, constitui crime de abuso de autoridade submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização.

e) Consideram-se vítimas indiretas as pessoas que possuam relação de afeto ou parentesco com a vítima direta, até o terceiro grau, desde que convivam, estejam sob seus cuidados ou desta dependam, no caso de morte ou desaparecimento causado por crime, ato infracional ou calamidade pública.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre conceitos relacionados à vitimologia, incluindo tipos de vítimas (vulneráveis, coletivas e indiretas) e vitimização.

A alternativa A está correta. A Resolução nº 243/2021/CNMP define vítimas de especial vulnerabilidade como pessoas que, devido a fatores específicos como idade, gênero ou deficiência, sofrem maior impacto psicológico e social. Esta definição está de acordo com a proteção especial que a norma confere a essas vítimas.

A alternativa B está correta. Vítimas coletivas são reconhecidas quando há ofensa a bens jurídicos de interesse coletivo ou difuso, como saúde pública e meio ambiente. A Resolução nº 243/2021/CNMP também contempla a proteção de vítimas em situações de crimes que afetam direitos de coletividades ou grupos sociais.

A alternativa C está incorreta. A vitimização não se restringe apenas a crimes tipificados. A Resolução nº 243/2021 e a doutrina reconhecem que tanto ações quanto omissões que causem dano ou perigo a bens jurídicos podem vitimizar uma pessoa, mesmo que não se trate de um crime tipificado, abrangendo também situações como abuso e negligência.

A alternativa D está correta. A Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) e a Resolução nº 243/2021 do CNMP visam proteger vítimas e testemunhas contra procedimentos que as levem a reviver, sem necessidade, situações traumáticas, evitando a vitimização secundária.

A alternativa E está correta. A Resolução nº 243/2021/CNMP reconhece a existência de vítimas indiretas, que incluem familiares e pessoas com laços afetivos com a vítima direta, especialmente quando dependem dela ou sofrem com sua morte ou desaparecimento em razão de um crime ou calamidade.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra C, estando corretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) De acordo com o princípio da acessoriedade limitada, o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da infração penal antecedente não acarreta a atipicidade do delito de lavagem.

b) Nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, é legítima a exasperação da pena-base pela valoração negativa das consequências do crime, quando há movimentação de expressiva quantia de recursos que extrapole o elemento natural do tipo penal.

c) É inadmissível a autolavagem, isto é, a imputação simultânea, ao mesmo réu, da infração antecedente e do crime de lavagem, ainda que demonstrados atos diversos e autônomos da primeira infração penal, caso em que ocorrerá o fenômeno da consunção.

d) É desnecessário que o autor do crime de lavagem de dinheiro tenha sido autor ou partícipe da infração penal antecedente. Basta que tenha ciência da origem ilícita dos bens, direitos e valores e concorra para sua ocultação ou dissimulação.

e) O crime de lavagem de dinheiro é de ação múltipla ou plurinuclear, consumando-se com a prática de qualquer dos verbos mencionados na descrição típica, relacionados com qualquer das fases da lavagem de dinheiro (ocultação, dissimulação, integração), não sendo exigida demonstração da ocorrência de todas as fases.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre o crime de lavagem de dinheiro, princípios como acessoriedade, possibilidade de autolavagem e aspectos relacionados à dosimetria da pena.

A alternativa A está correta. O princípio da acessoriedade limitada estabelece que a infração penal antecedente não precisa ser punível para que o crime de lavagem de dinheiro seja configurado. Mesmo que a infração antecedente esteja prescrita ou seja extinta, o crime de lavagem de dinheiro ainda pode ser punido, conforme jurisprudência do STF.

A alternativa B está correta. A jurisprudência admite a exasperação da pena-base quando o montante de recursos envolvidos na lavagem de dinheiro for expressivamente elevado, extrapolando as circunstâncias ordinárias do crime. Isso pode ser considerado como uma circunstância agravante na dosimetria da pena, conforme o art. 59 do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. A autolavagem é admitida pela jurisprudência brasileira, desde que o crime de lavagem de dinheiro configure uma conduta autônoma e posterior à infração penal antecedente. Não há consunção entre a infração antecedente e a lavagem de dinheiro quando há atos distintos. O STJ tem reiterado que, se a lavagem de dinheiro for um ato desvinculado e autônomo, é possível imputar ambos os crimes ao mesmo réu.

A alternativa D está correta. A lei de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998) não exige que o autor do crime de lavagem seja o mesmo autor da infração antecedente. O importante é que o agente tenha ciência da origem ilícita dos recursos e atue para ocultá-los ou dissimulá-los.

A alternativa E está correta. O crime de lavagem de dinheiro é de ação múltipla, podendo ser consumado com a prática de qualquer dos atos descritos na lei (ocultação, dissimulação, integração, etc.). Não é

necessário que todas as fases do processo de lavagem sejam demonstradas, basta que uma delas tenha ocorrido para a configuração do crime.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra C, estando corretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 29. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A regra contida na Súmula Vinculante 24, do Supremo Tribunal Federal, pode ser mitigada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, sendo possível iniciar a persecução penal antes de encerrado o procedimento administrativo, nos casos de embaraço à fiscalização tributária ou diante de indícios de prática de outros delitos, de natureza não fiscal.

b) O contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço, pratica o crime de omissão de recolhimento (ou apropriação indébita tributária).

c) O expressivo valor do tributo sonegado pode ser considerado como fundamento idôneo para caracterizar “grave dano à coletividade” e justificar a majoração de 1/3 (um terço) até a metade da pena do crime tributário.

d) É inaplicável o princípio da insignificância aos crimes tributários, independentemente do valor do tributo suprimido ou reduzido em razão das condutas praticadas pelos agentes, ainda que a Advocacia Pública não ajuíze ação de execução fiscal para cobrança do crédito tributário devido.

e) A autoria e a participação nos crimes tributários prescindem de que os agentes integrem o quadro da pessoa jurídica, o polo passivo do procedimento administrativo-fiscal, ou ainda, sejam responsáveis pelo cumprimento da obrigação tributária, desde que demonstrado o envolvimento com a prática criminosa.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes tributários, como sonegação fiscal, apropriação indébita tributária e aplicação do princípio da insignificância.

A alternativa A está correta. A Súmula Vinculante 24 estabelece que a persecução penal por crimes tributários depende da conclusão do procedimento administrativo, porém, pode ser mitigada em casos de embaraço à fiscalização ou indícios de crimes não fiscais, como lavagem de dinheiro. A jurisprudência do STF permite essa flexibilização.

A alternativa B está correta. O STF reconhece que a omissão do recolhimento do ICMS cobrado de terceiros, quando há dolo de apropriação, configura o crime de apropriação indébita tributária. Essa conduta é punida com base no art. 2º, II, da Lei 8.137/1990.

A alternativa C está correta. O valor expressivo do tributo sonegado pode ser considerado circunstância agravante para a majoração da pena, conforme o art. 12, I, da Lei 8.137/1990. A jurisprudência reconhece que grandes montantes sonegados causam dano à coletividade, justificando o aumento da pena.

A alternativa D está incorreta. O princípio da insignificância é aplicável aos crimes tributários, desde que o valor do tributo suprimido seja ínfimo. O STF tem estabelecido que valores abaixo de R\$ 20.000,00, com base na Portaria nº 75/2012 da PGFN, podem justificar a aplicação do princípio da insignificância, afastando a tipicidade penal. A ausência de execução fiscal também pode ser um indício relevante.

A alternativa E está correta. Nos crimes tributários, a autoria ou participação pode ser imputada a agentes que, mesmo não integrando formalmente a pessoa jurídica, estejam envolvidos na prática criminosa. O importante é a demonstração do envolvimento ativo e doloso na infração. A jurisprudência confirma que não é necessário ser o responsável direto pela obrigação tributária para ser responsabilizado penalmente.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa incorreta é a letra D, estando corretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 30. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A elaboração ou apresentação de estudo falso ou enganoso no processo de licenciamento não constitui crime ambiental autônomo, mas pode configurar circunstância agravante para a pena.

b) É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independentemente da persecução penal concomitante da pessoa física que a represente, não se aplicando, portanto, a Teoria da Dupla Imputação.

c) A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) não impede a persecução criminal pela prática de crime ambiental, mas pode eventualmente repercutir na dosimetria da pena.

d) São penas restritivas de direito aplicáveis à pessoa jurídica no caso de crimes ambientais: a suspensão parcial ou total das atividades, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

e) Nos crimes ambientais, é possível responsabilizar gerentes e administradores da pessoa jurídica por conduta omissiva, quando, tendo conhecimento de conduta criminosa e poder de impedi-la, não o fazem.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta. A questão trata do tema crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta, pois o crime de elaboração ou apresentação de estudo ambiental falso constitui crime autônomo previsto na lei de crimes ambientais, nº 9.605/98: “Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão.”;

A alternativa B está correta, não se aplica a teoria da dupla imputação, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal: “É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome. Conforme orientação da Primeira Turma do STF, "O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação" (RE 548.181, Primeira Turma, DJe 29/10/2014). Diante dessa interpretação, o STJ modificou sua anterior orientação, de modo a entender que é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome. Precedentes citados: RHC 53.208-SP, Sexta Turma, DJe 1º/6/2015; HC 248.073-MT, Quinta Turma, DJe 10/4/2014; e RHC 40.317-SP, Quinta Turma, DJe 29/10/2013. RMS 39.173-BA, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 6/8/2015, DJe 13/8/2015.”;

A alternativa C está correta, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: “A assinatura do termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental estadual não impede a instauração da ação penal, pois não elide a tipicidade formal das condutas imputadas ao acusado, repercutindo, na hipótese de condenação, na dosimetria da pena. (APn 888/DF, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 02/05/2018, DJe 10/05/2018).”;

A alternativa D está correta, corresponde ao disposto na lei nº 9.605/98. Art. 8º: “As penas restritivas de direito são: II - interdição temporária de direitos; III - suspensão parcial ou total de atividades; e IV - prestação pecuniária.”; Art. 10: “As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.”;

A alternativa E está correta, corresponde a entendimento fixado na jurisprudência em tese do Superior Tribunal de Justiça (tese nº 8) da edição 216: “Nos crimes ambientais, é possível responsabilizar, por conduta omissiva, gerentes e administradores da pessoa jurídica que tendo conhecimento de conduta criminosa e, com poder de impedi-la, não o fizeram.”.

QUESTÃO 31. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O fenótipo do agente não autoriza buscas pessoais praticadas como rotina ou praxe do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória, mas apenas buscas pessoais com finalidade probatória e motivação correlata.

b) O fato de o agente ficar nervoso diante da abordagem policial configura atitude suspeita, caracterizadora da justa causa para a busca pessoal, confirmada pelo encontro de substância entorpecente e pelo acerto do tirocínio policial.

c) Um traficante de drogas pode negar o desbloqueio e o acesso às mensagens pretéritas armazenadas no aparelho celular regularmente apreendido, ainda que o desbloqueio seja solicitado por policiais, se ausentes ordem judicial.

d) Por força do Pacto de São José da Costa Rica, bem como da Constituição da República do Brasil, o agente suspeito de portar drogas que for abordado por policiais é dispensado de ser advertido quanto ao seu direito ao silêncio (Miranda warning).

e) Caracteriza excesso policial a realização de busca minuciosa no interior de veículo automotor, durante fiscalização de rotina (blitz) e sob o fundamento de que existem em relação ao condutor de veículo registros criminais anteriores.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre busca e apreensão.

A alternativa A está correta, pois a questão corresponde ao entendimento jurisprudencial do STJ. Ao julgar o HC 158.580, o Ministro Rogério Schietti Cruz elucida que: “o art. 244 do CPP não autoriza buscas pessoais praticadas como “rotina” ou “praxe” do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória, mas apenas buscas pessoais com finalidade probatória e motivação correlata”.

A alternativa B está incorreta - pois encontra-se incompatível como entendimento jurisprudencial do STJ. Ainda no julgamento do HC 158.580, a Corte ressaltou: “esta Corte Superior de Justiça tem reiteradamente decidido que atitude considerada suspeita e nervosismo do acusado ao avistar os policiais não constituem fundada suspeita a autorizar busca pessoal.”

A alternativa C está correta, pois encontra-se em conformidade com o entendimento jurisprudencial do STJ. Nesse sentido, a respeito dos dados obtidos de aparelho celular por órgão investigativo, o relator Min. João Otávio Noronha no HC 646.771/PR manifestou que estes: “somente são admitidos como prova lícita no processo penal quando há precedente mandado de busca e apreensão expedido por juiz competente ou quando há autorização voluntária de interlocutor da conversa.”

A alternativa D está correta. Segundo a jurisprudência do STJ, não há tal exigência na legislação processual penal no momento na abordagem, mas tão somente nos interrogatórios policial e judicial.

A alternativa E está correta. O tema já foi tratado pela jurisprudência do STJ. Assim, as diligências realizadas pela *blitz*, devem se restringir à finalidade legal que as autoriza, ou seja, a verificação do cumprimento das normas de trânsito.

QUESTÃO 32. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) No caso de violência doméstica, é viável a concessão de medida protetiva de urgência e, por se tratar de medida de natureza cautelar, dispensa-se a citação do requerido para contestação e contraditório, nos moldes da lei processual civil.

b) A oitiva judicial de vítima de violência doméstica se orienta por evitar a revitimização, dispensando a inquirição em contraditório direto sobre o mesmo fato, primeiro no âmbito administrativo e depois criminal.

c) Na violência doméstica, o princípio da reserva da jurisdição para afastamento de garantia fundamental se aplica de forma diferida, por meio de referendo judicial de medida pré-cautelares de afastamento do lar, se requerida a agente de polícia.

d) O recurso de medidas cautelares na violência doméstica observa as normas do Código de Processo Penal e Civil, ressalvado o princípio da especialidade, que afasta a fungibilidade entre o uso da apelação e do agravo de instrumento.

e) A medida protetiva não pode ser autonomizada e estabilizada por causa de sua referibilidade mutável, durando por prazo razoável e reavaliada periodicamente, vedada a analogia com o prazo da prisão preventiva.

Comentários

O gabarito é a **letra D**. A questão solicita a alternativa incorreta. A questão trata do tema medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha.

A alternativa A está correta, conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 2009402 / GO (2022/0191386-8): “Deve-se aplicar às medidas protetivas de urgência o regramento previsto pelo Código de Processo Penal no que tange às medidas cautelares. Dessa forma, não cabe falar em instauração de processo próprio, com citação do requerido, tampouco com a possibilidade de decretação de sua revelia em caso de não apresentação de contestação no prazo de cinco dias.”;

A alternativa B está correta, conforme dispõe a Lei Maria da Penha no Art. 10-A: “É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. § 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada;

A alternativa C está correta, conforme dispõe a Lei Maria da Penha: “Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.”;

A alternativa D está incorreta, O princípio da fungibilidade é um corolário do princípio da instrumentalidade das formas, que se baseia na ideia de que o ato processual é um instrumento para atingir um objetivo, mesmo que tenha vícios. Não há nenhuma vedação à sua aplicação no âmbito da proteção contra a violência doméstica e familiar;

A alternativa E está correta. A Lei Maria da Penha, em seu art. § 6º dispõe: “As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes”.

QUESTÃO 33. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A confissão extrajudicial introduzida no processo por outros meios de prova (como, por exemplo, o testemunho do policial que a colheu) é admissível pela ausência de hierarquia entre os meios de prova.

b) A confissão extrajudicial admissível pode servir apenas como meio de obtenção de provas, indicando à polícia ou ao Ministério Público possíveis fontes de provas na investigação, mas não pode embasar a sentença condenatória.

c) A confissão extrajudicial somente será admissível no processo judicial se feita formalmente e de maneira documentada, dentro de um estabelecimento estatal público e oficial.

d) A confissão judicial, em princípio, é lícita. Todavia, para a condenação, apenas será considerada a confissão que encontre algum sustento nas demais provas, por sua compatibilidade ou concordância.

e) O silêncio do acusado não importará em confissão, não constituirá elemento para a formação do convencimento do juiz e nem poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. Na questão trata sobre confissão extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. A questão aborda entendimento jurisprudencial do STJ sobre o tema no julgamento da AREsp 2.123.334-MG, o Rel Min. Ribeiro Dantas, Terceira Seção, por unanimidade decidiu que: “a confissão extrajudicial somente será admissível no processo judicial se feita formalmente e de maneira documentada, dentro de um estabelecimento estatal público e oficial. Tais garantias não podem ser renunciadas pelo interrogado e, se alguma delas não for cumprida, a prova será inadmissível. A inadmissibilidade permanece mesmo que a acusação tente introduzir a confissão extrajudicial no processo por outros meios de prova (como, por exemplo, o testemunho do policial que a colheu)”.

A alternativa B está correta. No mesmo sentido, o STJ, no AREsp 2.123.334-MG decidiu que: “a confissão extrajudicial admissível pode servir apenas como meio de obtenção de provas, indicando à polícia ou ao Ministério Público possíveis fontes de provas na investigação, mas não pode embasar a sentença condenatória.”

A alternativa C está correta, conforme o elucidado nos comentários da alternativa A.

A alternativa D está correta. A questão está em conformidade com o entendimento jurisprudencial do STJ: “A confissão judicial, em princípio, é, obviamente, lícita. Todavia, para a condenação, apenas será considerada a confissão que encontre algum sustento nas demais provas, tudo à luz do art. 197 do CPP”.

A alternativa E está correta. Apesar de o art. 198 do CPP prever que “o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz”, a parte final do dispositivo é considerada revogada tacitamente pela doutrina, pois o art. 186 do CPP, dada pela Lei nº 10.792/03 prevê que “o silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa”, prevalecendo, portanto, a norma mais recente.

QUESTÃO 34. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O fato de o réu ser assistido pela Defensoria Pública autoriza a presunção absoluta miserabilidade da isenção de custas, cuja exigibilidade fica dispensada de prova no juízo da execução.

b) É viável o reconhecimento judicial de falta grave na execução da pena, se o Conselho Disciplinar reconheceu administrativamente apenas a falta média. Isso, graças à interdependência das instâncias, já que não se trata de absolvição penal.

c) O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversa e motivadamente entender o juiz.

d) A prisão domiciliar não é regime de cumprimento de pena e sua imposição acontece em situações restritas (numerus clausus). Porém, é possível a prisão domiciliar humanitária em situações excepcionáíssimas, que afetam o estado de dignidade do preso.

e) A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, desde que o juiz da execução verifique que os estabelecimentos de regime semiaberto e aberto não são adequados.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre a hipossuficiência.

A alternativa A está incorreta, pois, ao contrário do que a questão afirma, a representação pela Defensoria Pública não presume a miserabilidade absoluta do representado. Nesse sentido, o STJ firmou o seguinte entendimento: “a simples circunstância do patrocínio da causa pela Defensoria Pública não faz presumir a hipossuficiência econômica do representado, não podendo ser presumida a concessão da gratuidade de justiça”.

A alternativa B está correta. É o entendimento jurisprudencial do STJ. Segundo o julgamento do AResp nº 1.738.977-MG: “É possível o reconhecimento judicial da conduta imputada ao reeducando como falta grave, ainda que o Conselho Disciplinar Penitenciário tenha entendido se tratar de infração de natureza média, uma vez que as esferas judicial e administrativa são autônomas e independentes entre si”.

A alternativa C está correta e em conformidade com o entendimento jurisprudencial do STJ. O Min. Rogério Schietti concluiu no REsp nº 2090454-SP que: “ante a alegada hipossuficiência do condenado, extinguir a

punibilidade, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente motivada e apoiada em prova constante dos autos, a indicar a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária”

A alternativa D está correta. Além das hipóteses previstas no art. 177 da LEP, há entendimento jurisprudencial sobre a possibilidade da prisão domiciliar humanitária, de forma excepcional, para preservação da dignidade da pessoa humana. Como exemplo, o TJDF manifestou no Acórdão 1253041: “embora a agravante se encontre reclusa no regime semiaberto, a situação de excepcionalidade evidenciada nos autos, enseja a concessão de prisão domiciliar humanitária, lastreada no princípio da dignidade da pessoa humana.”

A alternativa E está correta. Nesse sentido, a súmula vinculante do STF preconiza: “A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.”

QUESTÃO 35. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A decisão tomada pelos jurados, ainda que seja injusta ou desajustada com a jurisprudência dominante, é soberana e por isso se mantém.

b) O respeito ao princípio da soberania dos veredictos constitui materialização do poder popular que é exercido diretamente no Tribunal do Júri.

c) A soberania dos veredictos se concilia com o princípio do duplo grau, legitimando o Tribunal de apelação a valorar a prova e decidir pela tese mais acertada.

d) O princípio da soberania dos veredictos e a íntima convicção do jurado o autorizam a não fundamentar a escolha da versão que parecer mais verossímil.

e) A soberania dos veredictos é garantia que cede, se a decisão é teratológica e manifestamente oposta à prova, cabendo outro julgamento.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre a soberania do tribunal do júri.

A alternativa A está correta. Segundo a Sexta Turma do STJ: “A decisão tomada pelos jurados, ainda que não seja a mais justa ou a mais harmônica com a jurisprudência dominante, é soberana, conforme disposto no art. 5º, XXXVIII, "c", da CF/1988.”

A alternativa B está correta conforme entendimento doutrinário.

A alternativa C está incorreta. Nesse sentido: “A decisão impugnada está alinhada com a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a determinação de realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri não contraria o princípio constitucional da soberania dos veredictos quando

a decisão for manifestamente contrária à prova dos autos”. - (STF – HC 181307 AgR / MT, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO Julgamento: 29/05/2020).

A alternativa D está correta. Segundo Nucci: “no Tribunal do Juri, não há necessidade de fundamentação, pois trata-se de ato jurisdicional vinculado ao veredicto dado pelos jurados. Estes, por sua vez, em excessão constitucionalmente assimilada pelo princípio do sigilo das votações, decidem por livre convicção plena”.

A alternativa E está correta. O Código de Processo penal, em seu art. 593 prevê as hipóteses em que o veredicto dos jurados poderá ser revistos, sendo que, a decisão teratológica (contrárias aos princípios e fundamentos jurídicos) e a contrária às provas acostadas nos autos, são passíveis de apelação.

QUESTÃO 36. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) É possível a suspensão condicional do processo nas infrações penais em concurso material, formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório ou pela incidência da majorante, for inferior a um ano.

b) Além das condições da c do processo, o juiz pode impor obrigações equivalentes a sanções penais (como a prestação de serviços comunitários), mas que se apresentam tão somente como condições para a incidência do instituto.

c) Nos procedimentos do Processo Penal, é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, se em decorrência resultar pena cominada inferior a um ano.

d) Descabe cogitar de direito subjetivo, mas sim de poder-dever do Ministério Público, titular da ação, a quem cabe, com exclusividade, analisar a possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo, desde que o faça de forma fundamentada.

e) Se descumpridas as condições, mas expirado o prazo do período de prova sem que tenha havido revogação da suspensão condicional do processo pelo inadimplemento do acordado, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre suspensão condicional.

A alternativa A está correta, conforme a súmula nº 243, STJ: “O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.”

A alternativa B está correta, conforme previsão do art. 89, §2º da Lei 9.099/95: “O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.”

A alternativa C está correta. A questão está de acordo com o que prevê o art. 89 da Lei 9.099/95, que elucida as hipóteses de cabimento da suspensão condicional do processo e com a súmula vinculante do STJ, que prevê “ser cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e procedência parcial da pretensão punitiva, devendo os autos do processo retornarem à instância de origem para aplicação desses institutos”.

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ: “A suspensão condicional do processo não é direito subjetivo do acusado, mas sim um poder-dever do Ministério Público, titular da ação penal, a quem cabe, com exclusividade, analisar a possibilidade de aplicação do referido instituto, desde que o faça de forma fundamentada” (AgRg no AREsp n. 607.902/SP, relator Min. Gurgel de Faria, Quinta Turma).

A alternativa E está incorreta, e portanto, a nossa alternativa. O STJ já firmou tese a respeito do tema, concluindo que: “é possível a revogação da suspensão condicional do processo, ainda que expirado o período da suspensão do curso do processo, desde que comprovado que houve o descumprimento das condições impostas ou que o beneficiado passou a ser processado por outro crime no curso do prazo da suspensão”

QUESTÃO 37. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considerar-se-á intimado pessoalmente o Promotor de Justiça, com a entrega dos autos físicos, mediante vista.**
- b) Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação.**
- c) Considerar-se-á intimado pessoalmente o Defensor Público, com a entrega dos autos físicos, mediante vista e prazo em dobro para recorrer.**
- d) Considerar-se-á realizada a intimação do Assistente por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.**
- e) Considerar-se-á intimado pessoalmente o Defensor Dativo, com a entrega dos autos físicos e prazo em dobro para recorrer.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre intimações.

A alternativa A está correta. Nesse sentido, o STJ: “É incontroverso que o Ministério Público Estadual dispõe da prerrogativa de intimação pessoal, o que se formaliza através da entrega dos autos com vista. Essa disposição está prevista no art. 41, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8625/93).”

A alternativa B está correta. O entendimento firmado pelo STJ é de que: “nos termos do art. 5º, §§1º e 3º, da Lei 11.419/2006, a intimação eletrônica considera-se realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual pode ser realizada em até 10 dias, contados da data do seu

envio, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo (HC 400.310/SP, Min. Reynaldo Soares, Quinta Turma)

A alternativa C está correta, conforme entendimento jurisprudencial do STJ.

A alternativa D está correta, conforme o art. 370, § 1 do CPP: “a intimação do [...] assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca”

A alternativa E está incorreta, pois o defensor dativo é o defensor nomeado pelo juiz para os acusados que não tem advogado constituído nos autos, não sendo pertencente à Defensoria Pública, conseqüentemente, não possui prazo em dobro.

QUESTÃO 38. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As medidas assecuratórias patrimoniais independem de ordem judicial para sua implementação.**
- b) Para decretação judicial das medidas assecuratórias patrimoniais, basta o mero risco de dilapidação patrimonial, não sendo necessária sua efetiva comprovação.**
- c) Para a decretação do sequestro, basta a existência de indícios veementes de que os bens têm origem ilícita, ainda que estejam em posse de terceiros.**
- d) No caso de risco de perda do valor dos bens, por estarem sujeitos à deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção, o juiz determinará a alienação antecipada para preservação.**
- e) A hipoteca legal atinge apenas bens do suposto autor da infração penal, não podendo, em regra, atingir bens de terceiros. Admite-se, no entanto, a hipoteca de bens de pessoas jurídicas titularizadas pelo próprio autor do ilícito.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre medidas assecuratórias.

A alternativa A é a única que se encontra em dissonância com o que preceitua o Código de Processo Penal, que prevê em seu art. 282, §2º: “As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público”, portanto, dependem de ordem judicial.

A alternativa B e D estão corretas, pois é o posicionamento do Min. Herman Benjamin, no julgamento do REsp nº 1.587.576 - PA, assim as tornam. Veja: “É firme o entendimento no STJ, de que a decretação de indisponibilidade dos bens não se condiciona à comprovação de dilapidação efetiva ou iminente de patrimônio, porquanto visa, justamente, a evitar dilapidação patrimonial. Ademais, tal medida consiste em “tutela de evidência, uma vez que o periculum in mora não é oriundo da intenção do agente dilapidar seu

patrimônio e, sim, da gravidade dos fatos e do montante do prejuízo causado ao erário, o que atinge toda a coletividade”.

A alternativa C está correta, pois, conforme o art. 125: “caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro”. No mais, o art. 126 do Código de Processo Penal prevê que: “para a decretação do seqüestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.”

A alternativa E está correta. Tal possibilidade é prevista no art. 64, CPP: “sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime e, se for caso, contra o responsável civil”.

QUESTÃO 39. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A documentação da cadeia de custódia afasta a cogitação de desconfiança sobre a prova, com a preservação de sua autenticidade e integridade.

b) A quebra da cadeia de custódia é insuficiente para tornar a prova inadmissível, embora possa gerar a dúvida que impede a condenação.

c) A quebra da cadeia de custódia importa em nulidade da prova coletada, independentemente da demonstração do risco de adulteração dos vestígios coletados.

d) A quebra da cadeia de custódia com a alteração de quantidade natureza objeto apreendido torna prova ilícita, por violação ao princípio da mesmidade.

e) A cadeia de custódia tem natureza processual, razão pela qual seus dispositivos não se aplicam a feitos que apuram atos praticados antes da sua vigência.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre a cadeia de custódia.

No julgamento do AREsp 1.847.296, a Quinta Turma do STJ, decidiu que a alegada quebra da cadeia de custódia não invalida a condenação se esta foi amparada em evidências suficientes da materialidade do crime. O colegiado seguiu o entendimento de que, no processo penal, o reconhecimento de nulidade exige a comprovação de prejuízo efetivo. Tal entendimento, tornam todas as questões corretas, com exceção da letra C, pois a nulidade exige, sim, a comprovação de prejuízo efetivo. Vale acrescentar que no julgamento do HC 653-515-RJ, o STJ pronunciou que: “as irregularidades constantes da cadeia de custódia devem ser sopesadas pelo magistrado com todos os elementos produzidos na instrução, a fim de aferir se a prova é confiável.” Por fim, a quebra da custódia não invalida a prova coletada, mas pode assim ser considerada, caso o magistrado entenda que a prova não é confiável.

QUESTÃO 40. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Muito embora a Lei de interceptações telefônicas não determine a juntada do conteúdo integral degravado das interceptações em juízo, sua juntada é sempre necessária, dispensando-se apenas sua transcrição.

b) A Lei autoriza a realização de operação policial disfarçada para a instalação de dispositivo de captação ambiental, desde que se observe a garantia de inviolabilidade do domicílio no período noturno.

c) A extração de dados de dispositivos móveis, para fins de prova criminal, independe de qualquer análise técnica, desde que seja feita por dispositivo forense e haja prévia autorização judicial.

d) É permitido o compartilhamento de dados de inteligência pela unidade de inteligência financeira nacional, sem prévia autorização judicial, desde que sejam adotadas as cautelas de sigilo e as formalidades na comunicação.

e) Aplicam-se à cautelar de quebra de nuvem as disposições legais referentes à interceptação telefônica e telemática, já que a medida possibilita o acesso ao fluxo de comunicações e dados estáticos.

Comentários

A questão solicita a alternativa incorreta, o gabarito é a **letra E**. A questão trata sobre a lei de interceptação telefônica.

A alternativa A está correta, pois segundo a jurisprudência do STF: “Não é necessária a transcrição integral das conversas interceptadas, desde que possibilitado ao investigado o pleno acesso a todas as conversas captadas, assim como disponibilizada a totalidade do material que, direta e indiretamente, àquele se refira, sem prejuízo do poder do magistrado em determinar a transcrição da integralidade ou de partes do áudio.”. (STF. Plenário. Inq 3693/PA, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 10/4/2014- Info 742);

A alternativa B está correta, a Lei de interceptações telefônicas assim dispõe, quando: “Art. 8º-A. Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos. § 2º A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, exceto na casa, nos termos do inciso XI do caput do art. 5º da Constituição Federal.”.

A alternativa C está correta, conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça: “A falta de procedimentos para garantir a idoneidade e integridade dos dados extraídos de um celular apreendido resulta na quebra da cadeia de custódia e na inadmissibilidade da prova digital.”. (STJ. 5ª Turma. AgRg no HC 828.054-RN, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/4/2024 - Info 811).

A alternativa D está correta, pois entende o STF que: “É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira do COAF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil (RFB), que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.

2. O compartilhamento pela UIF* e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios. STF.”. (Plenário. RE 1055941/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 4/12/2019 (repercussão geral – Tema 990 - Info 962).

A alternativa E está incorreta, em julgado que tramita em segredo de justiça no TJDFT fixou-se o seguinte entendimento: “os dados armazenados em nuvem não evidenciam uma comunicação de dados, mas representam o armazenamento de dados em um provedor de serviços na nuvem (cloud storage)”. Acrescentou que a quebra de sigilo de dados armazenados em nuvem não está abrangida pela lei que disciplina a inviolabilidade das comunicações telefônicas (Lei 9.296/96), pois não há interceptação, mas acesso a informações armazenadas.”.

QUESTÃO 41. Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa INCORRETA, nos termos da legislação vigente:

a) Quando a existência do fato ou a identificação do autor da ofensa tiver sido decidida no juízo criminal, estas questões não podem mais ser questionadas na apuração da responsabilidade civil.

b) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.

c) Quem demandar por dívida já paga, sem ressalvar as quantias recebidas, ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir.

d) O curador é solidariamente responsável pelos danos causados pelo curatelado.

e) Poderá o juiz reduzir equitativamente a indenização, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre a responsabilidade civil.

A alternativa A está correta e em conformidade com o art. 935, CC, que prevê a impossibilidade de se questionar sobre a existência do fato, ou sobre a autoria deste, quando tais questões já tiverem sido superadas no juízo criminal.

A alternativa B está incorreta, pois confronta o que prevê o art. 943 do Código Civil: “O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança”, portanto, esta é a alternativa da nossa questão.

A alternativa C está correta e transcreve, *ipsis litteris*, o que diz o art. 940 do Código Civil: “Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que

for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição”.

A alternativa D está correta, pois o art. 932, do Código Civil, prevê a responsabilidade civil do curador, pelos danos causados pelo curatelado, sendo estabelecida a solidariedade no art. 242 do mesmo código.

A alternativa E está correta e em conformidade com o parágrafo único do art. 944 do Código Civil: “Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.”

QUESTÃO 42. Considere as assertivas a seguir:

I. Não corre a prescrição para José (72 anos) cobrar de Paulo (40 anos) dívida decorrente de não pagamento de empréstimo, porque José é pai de Paulo.

II. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

III. É válida a renúncia à decadência fixada em contrato.

IV. Maria causou acidente automobilístico no ano de 2015. As vítimas do acidente podem hoje pretender a reparação civil, porque, no caso, é de 10 anos o prazo prescricional.

V. A interrupção da prescrição ocorrerá por qualquer ato, ainda que extrajudicial, que constitua em mora o devedor.

Assinale a alternativa CORRETA, nos termos da legislação vigente:

a) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.

b) Apenas as assertivas I, III e V são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

d) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

e) Apenas as assertivas IV e V são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prescrição e decadência.

A assertiva I está incorreta, pois o art. 195 prevê que não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, enquanto perdurar o poder familiar, ou seja, até alcançada a maioria do descendente ou sua emancipação.

A assertiva II está correta e transcreve *ipsis litteris* o art. 203 do Código Civil.

A assertiva III está correta. A renúncia à decadência é, em regra, vedada. O art. 209 do Código Civil, prevê que é nula a renúncia à decadência fixada em lei. No entanto, como exceção, a renúncia à decadência convencional é permitida e somente a parte a quem aproveita a pode alegar, e em qualquer grau de jurisdição conforme estabelece o art. 211 do Código Civil.

A assertiva IV está incorreta, pois a pretensão de reparação civil prescreve em três anos, conforme previsão do art. 206, §3º, V do Código Civil.

A assertiva V está incorreta, pois o art. 202, inciso V do Código Civil, apenas prevê a interrupção da prescrição por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

QUESTÃO 43. Assinale a alternativa INCORRETA, nos termos da legislação vigente:

a) O Ministério Público poderá promover a liquidação judicial da sociedade cuja autorização para funcionar houver se extinguido.

b) Tornando-se inútil a finalidade a que visa a fundação, o Ministério Público lhe promoverá a extinção.

c) O Ministério Público pode, em qualquer demanda, requerer a desconsideração da personalidade jurídica, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

e) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre falência, desconsideração da personalidade jurídica e intervenção do MP.

A alternativa A está correta, pois, de fato, o Ministério Público poderá promover a liquidação judicial da sociedade quando sua autorização para funcionar tiver se extinguido, hipótese em que ocorrerá a dissolução da sociedade. Para tanto, o art. 1.037 do Código Civil, prevê que o Ministério Público promoverá tal liquidação, se os administradores não o tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver exercido a faculdade de promovê-la após a dissolução da sociedade.

A alternativa B está correta, pois o art. 69 do Código Civil prevê que “tornando-se inútil a finalidade a que visa a fundação, o órgão do Ministério Público lhe promoverá a extinção”.

A alternativa C está incorreta, pois o Ministério Público não pode requerer a desconsideração da personalidade jurídica em qualquer demanda, como informa a alternativa, mas apenas naquelas em que lhe couber intervir no processo, conforme previsto no art. 50 do Código Civil.

A alternativa D está correta, pois é exatamente o que prevê o art. 167-A, §5º da Lei de Falência.

A alternativa E está correta e transcreve, *ipsis litteris*, o que prevê o art. 49 da Lei nº 11.101/2005 (Lei da Falência).

QUESTÃO 44. Considere as assertivas a seguir:

I. A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

II. Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.

III. O possuidor de má-fé tem direito às despesas de produção e custeio dos frutos colhidos e percebidos.

IV. O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo.

V. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

b) Apenas as assertivas I, II, III e V são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas III, IV e V são verdadeiras.

d) Apenas as assertivas II, III, e IV são verdadeiras.

e) As assertivas I, II, III, IV e V são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a aquisição e efeitos da posse.

A assertiva I está correta, pois transcreve, *ipsis litteris*, o art. 1.206 do Código civil.

A assertiva II está correta, pois transcreve, *ipsis litteris*, o art. 1.210, §2 do Código civil.

A assertiva III está correta, pois o art. 1.216 do Código civil prevê o direito, do possuidor de má-fé, às despesas de produção e custeio dos frutos colhidos e percebidos.

A assertiva IV está correta, pois transcreve, *ipsis litteris*, o art. 1.210, §1 do Código civil.

A assertiva V está correta, pois é exatamente o que prevê o art. 1.208 do Código civil.

QUESTÃO 45. Assinale a alternativa INCORRETA, nos termos da legislação vigente:

a) É válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

b) No condomínio de lotes, para fins de incorporação imobiliária, a implantação de toda a infraestrutura ficará a cargo do empreendedor.

c) Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada.

d) Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

e) São direitos reais os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre propriedade fiduciária.

A alternativa A está incorreta, pois, na verdade, tal cláusula é nula, conforme prevê o art. 1.365 do Código Civil: “É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento”. Como o comando da questão pede pela alternativa incorreta, este é o nosso gabarito.

A alternativa B está correta, pois há expressa previsão legal no Código Civil em seu art. 1.358-A, § 3º: “Para fins de incorporação imobiliária, a implantação de toda a infraestrutura ficará a cargo do empreendedor”.

A alternativa C está correta, pois é exatamente o que prevê o texto do Código Civil em seu art. 1.358-C.

A alternativa D está correta, pois transcreve, *ipsis litteris*, o art. 1.393 do Código civil.

A alternativa E está correta. O art. 1.225 do Código Civil traz em seus incisos quais são os direitos reais, dentre eles, o disposto no inciso XIV, prevê que são integrantes da definição “os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão”, consonante com a alternativa.

QUESTÃO 46. Sobre a curatela, assinale a alternativa CORRETA, nos termos da legislação civil vigente:

- a) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, o contexto do caso e as necessidades do curatelado, o curador poderá alienar bens móveis e imóveis, independentemente de autorização judicial.
- b) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, o contexto do caso e o comportamento do curatelado, não é imprescindível o laudo médico para o deferimento da curatela definitiva.
- c) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, o contexto do caso e as necessidades do curatelado, o curador poderá doar bens móveis e imóveis, desde que seja para os descendentes do curatelado.
- d) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, o contexto do caso e as necessidades do curatelado, a nomeação de curador poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.
- e) Considerando o princípio do melhor interesse do incapaz, a curatela definitiva julgada por sentença não pode ser revista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre curatela.

A alternativa A está incorreta. O art. 1.748 do Código Civil prevê que compete ao tutor alienar os bens móveis e imóveis com a autorização judicial e, caso efetue as vendas sem tal autorização, a eficácia da alienação só se dará com a aprovação ulterior do juiz.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 750 do Código de Processo Civil prevê o dever do requerente em juntar laudo médico para comprovar suas alegações ou informar a possibilidade de fazê-lo.

A alternativa C está incorreta. O art. 1.781 do código Civil prevê que “as regras a respeito do exercício da tutela aplicam-se ao da curatela”. Assim, art. 1.749 veda ao tutor, dispor dos bens do menor a título gratuito, ainda que com autorização judicial.

A alternativa D está correta. É exatamente o que prevê o art. 1.775-A do Código Civil: “Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa”.

A alternativa E está incorreta, pois a curatela pode ser revista a qualquer tempo. No mais, o art. 756 trata do levantamento da curatela, que se dará quando cessadas as causas que a determinou, podendo ser requerida pelo interdito, pelo curador ou pelo Ministério Público.

QUESTÃO 47. Sobre a exclusão da sucessão, assinale a alternativa CORRETA, nos termos da legislação civil vigente:

- a) Pode ser excluído da sucessão o herdeiro condenado por homicídio culposo contra o autor da herança, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

b) Os descendentes e ascendentes do herdeiro excluído nunca sucederão ao autor da herança.
c) Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente indicado em testamento válido.

d) Pode ser excluído da sucessão o herdeiro que houver acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou seus descendentes e ascendentes.

e) São inválidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os excluídos da sucessão.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 1.814 prevê que o herdeiro é excluído da sucessão o herdeiro condenado por homicídio doloso, e não culposo como informa a questão.

A alternativa B está incorreta, pois nos termos do art. 1.818 do Código Civil: “aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico”, havendo, portanto, a possibilidade dos ascendentes e descendentes sucederem ao autor da herança.

A alternativa C está correta, pois é exatamente o que prevê o art. 1.818 do Código Civil: “aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico”.

A alternativa D está incorreta, pois a alternativa prevê uma das hipóteses elencadas no art. 1.184, que trata sobre o herdeiro ser excluído no caso de caluniar em juízo o autor da herança.

A alternativa E está incorreta, pois “as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão, são válidas”, como expresso no art. 1.817 do Código Civil.

QUESTÃO 48. Donald, pai de três filhos menores, se casou com Dayse no regime de separação total de bens em 20 de março de 2020. Como a mãe das crianças é enfermeira e trabalhou na linha de frente de hospitais públicos para o combate à pandemia da Covid 19, as crianças ficaram com o pai, que trabalhava em “home office”, nos anos de 2020 e 2021. Dayse é pedagoga e sempre manifestou desejo pela maternidade. Inconformada com o retorno dos enteados para o domicílio materno em 2023, Dayse ingressou com ação de modificação de guarda dos enteados sob o argumento de que teria maior disponibilidade para os cuidados dos infantes.

Neste contexto, assinale a alternativa CORRETA:

a) Considerando que Dayse tem maior disponibilidade, a guarda provisória deverá ser deferida a ela.

- b) Considerando a formação de Dayse, a guarda provisória deverá ser deferida a ela.
- c) Considerando que o pai não se opõe ao pedido, a guarda deverá ser deferida a Dayse e a mãe pagará alimentos aos três filhos.
- d) Considerando que Dayse não é titular do poder familiar, ela não tem legitimidade para o pedido.
- e) Considerando o desejo de Dayse de ser mãe e os melhores interesses das crianças, a guarda provisória deverá ser deferida a ela.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre poder familiar.

A alternativa D é a correta. O pleno exercício do poder familiar compete a ambos os pais, sendo que tais direitos são exercidos sem qualquer interferência de novo cônjuge ou companheiro. É o que preconiza o art. 1.636 do Código Civil: “o pai ou a mãe que contrai novas núpcias, ou estabelece união estável, não perde, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos ao poder familiar, exercendo-os sem qualquer interferência do novo cônjuge ou companheiro”. Portanto, as demais questões não possuem amparo legal.

QUESTÃO 49. De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa CORRETA quanto à novação:

- a) A obrigação anterior se torna inválida, mas os direitos do credor permanecem.
- b) A obrigação anterior é substituída por uma nova, extinguindo a anterior.
- c) A nova obrigação é considerada um aditamento da anterior.
- d) A nova obrigação não altera a responsabilidade do devedor.
- e) A obrigação anterior continua existindo, mas com novos termos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre novação.

A alternativa A está incorreta, pois assim como a obrigação anterior, os direitos anteriores do credor também são substituídos com a novação.

A alternativa B está correta. O art. 360 do Código Civil estabelece que: “dá-se a novação: I - quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior”.

A alternativa C está incorreta, pois não se trata de um aditamento da dívida anterior e sim de sua substituição.

A alternativa D está incorreta. A nova obrigação altera a responsabilidade do devedor, tendo em vista que este contrai uma nova dívida com o credor.

A alternativa E está incorreta, pois com a novação, a obrigação anterior é extinguida e substituída pela nova.

QUESTÃO 50. Sobre o direito das obrigações, traçando-se um paralelo entre a cláusula penal compensatória e a cláusula penal moratória, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A cláusula penal compensatória se refere a danos e a moratória a atrasos.
- b) Ambas têm os mesmos efeitos, mas são nomeadas de forma diferente.
- c) A cláusula penal moratória não pode ser fixada em contratos.
- d) A cláusula penal compensatória só se aplica em contratos administrativos.
- e) A cláusula penal moratória só é válida em contratos de adesão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme o gabarito oficial. A questão trata sobre as cláusulas penais aplicáveis no inadimplemento das obrigações.

A banca considerou como correta a alternativa A. Contudo, a alternativa não está correta.

A alternativa afirma que a cláusula penal compensatória se refere a danos e a moratória a atrasos. A cláusula penal é uma prestação acessória que é devida nos casos de inadimplemento absoluto ou relativo ou ainda de descumprimento de alguma cláusula específica, na dicção do art. 406, do CC. Em caso de inexecução completa da obrigação, aplica-se a cláusula compensatória. Segundo o art. 410, do CC cabe ao credor escolher se prefere o cumprimento da obrigação principal ou da acessória. Aqui, chama-se cláusula penal disjuntiva, pois o credor tem apenas uma opção e não pode exigir ambas as obrigações, ou exige a obrigação principal ou a indenização substitutiva. Assim, a cláusula penal compensatória não se refere somente a danos, podendo ser usada em casos de mora, como por exemplo, a não entrega de um vestido de noiva na data certa. Por sua vez, em casos de infração de uma cláusula ou mora, aplica-se a cláusula moratória. Nesse caso, pode o credor exigir o cumprimento da obrigação principal e a cláusula penal, conjuntamente, na dicção do art. 411, do CC. Aqui, fala-se que a cláusula penal é cumulativa, portanto, em indenização complementar. Portanto, a cláusula moratória não é aplicada somente em caso de mora, mas também em caso de infração de uma cláusula contratual específica. Ainda, mora, do mesmo modo, não equivale apenas à falta de pagamento no prazo, no tempo certo, mas também no modo e no lugar devidos, conforme art. 394.

QUESTÃO 51. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, EXCETO:

a) Na tutela monitoria de urgência.

b) Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

c) Quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

d) Na ação monitoria quando, evidente o direito do autor, o juiz deferir a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.

e) Todas as alternativas acima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata sobre o princípio da vedação à decisão surpresa, exigindo do examinando o conhecimento do art. 9º do CPC.

A alternativa A está incorreta. Consoante o art. 9º, I, do CPC, a parte deverá ser previamente ouvida em se tratando de tutela de urgência.

A alternativa B está incorreta. Consoante o arts.9º, II e 311, II, CPC, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

A alternativa C está incorreta. Consoante o arts.9º, II e 311, III, CPC, em se tratando de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa, uma das partes deve ser ouvida.

A alternativa D está incorreta. Consoante o art. 701 do CPC, em ação monitoria que é evidente o direito do autor, uma das partes deve ser ouvida, sob pena de violação ao princípio da vedação à decisão surpresa.

A alternativa E está correta. Conforme os comentários anteriores, as demais alternativas, quando não respeitada a determinação do Código de Processo Civil, configurará decisão surpresa.

QUESTÃO 52. A petição inicial deve indicar, EXCETO:

a) O juízo a que é dirigida.

b) Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o CPF ou CNPJ, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu e o valor da causa.

c) As provas com que o réu pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

d) A opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

e) O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os requisitos da petição inicial, disposto no art. 319 do Código de Processo Civil, devendo o examinando indicar a exceção.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 319, I, a petição inicial deverá indicar o juízo a que é dirigida.

A alternativa B está incorreta. Trata-se do requisito presente no art. 319, II do CPC. Vejamos: “os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu.”

A alternativa C está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, deverá o AUTOR indicar as provas que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados por ele, nos termos do art. 319, VI, CPC.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 319, VII, o autor deverá indicar se possui ou não interesse na audiência de conciliação, ou mediação.

A alternativa E está incorreta. O fato e os fundamentos jurídicos do pedido deverão ser indicados na petição inicial, consoante o art. 319, III, CPC.

QUESTÃO 53. Considere as assertivas a seguir:

I. Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

II. O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis e indisponíveis.

III. Nos casos de jurisdição voluntária, o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

IV. O município sempre será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu prefeito ou procurador.

V. Desde que não esteja atuando como parte ou requerente, o Ministério Público deve obrigatoriamente ser intimado para manifestação em qualquer hipótese de processo em que a fazenda pública seja parte.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As assertivas I e III são verdadeiras.
- b) As assertivas I e IV são verdadeiras.
- c) As assertivas II e V são verdadeiras.
- d) As assertivas II e III são verdadeiras.
- e) As assertivas IV e V são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Passaremos a analisar item por item.

O item I é verdadeiro. Qualquer pessoa que esteja no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, conforme o art. 7º do CPC.

O item II é falso. Interesses disponíveis não são de competência do Ministério Público, conforme o art. 127 da CRFB/88.

O item III é verdadeiro. Em se tratando de casos de jurisdição voluntária, o magistrado tem maior liberdade para adotar a solução mais conveniente ou oportuna, conforme o art. 723, parágrafo único, do CPC.

O item IV está incorreto. Ao contrário do que afirma a alternativa, o município pode ser representado em juízo por outros representantes legais ou procuradores, conforme a Lei Orgânica do Município e as leis pertinentes.

O item V é falso. O Ministério Público não precisa ser intimado em todos os casos que envolvam a fazenda pública, apenas naqueles onde sua atuação é necessária por lei.

A alternativa A está correta. As assertivas I e III são verdadeiras, conforme a explicação dos itens acima.

As demais alternativas estão incorretas. Conforme vimos, os itens II, IV e V estão incorretos.

QUESTÃO 54. Analisando o Código de Processo Civil, é correto afirmar, EXCETO:

- a) A atividade satisfativa da tutela jurisdicional deve ser prestada com duração razoável.
- b) O princípio processual da congruência ou adstrição está diretamente ligado ao princípio do contraditório.
- c) O juiz pode aplicar as regras de experiência técnica, ressalvado o exame pericial.
- d) Na formação do conjunto probatório, a iniciativa do juiz é admitida por expressa disposição legal e implica limitação ao princípio dispositivo.

e) Incumbe o ônus da prova à parte que contestar a autenticidade da assinatura lançada em documento apresentado pela parte contrária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da duração razoável do processo, prevista no art. 139, II, do CPC.

A alternativa B está incorreta. Embora sejam princípios distintos, podemos afirmar que eles são complementares em termos de garantir um processo justo, sendo fundamentais para a justiça processual.

A alternativa C está incorreta. Consoante o disposto no art. 375 do CPC, é possível que o juiz aplique, além das regras de experiência comum, as regras de experiência técnica.

A alternativa D está incorreta. A iniciativa probatória do juiz é admitida expressamente por lei, conforme o art. 370 do CPC.

A alternativa E está correta. O erro dessa alternativa é afirmar que o ônus da prova será da parte contrária, sendo que, o art. 429, II, CPC prevê que, na verdade, é incumbência da parte que produziu o documento.

QUESTÃO 55. Assinale a alternativa CORRETA, nos termos do Código de Processo Civil:

a) A exigência de comportamento com boa-fé aplica-se somente às partes.

b) O princípio processual do duplo grau de jurisdição não é previsto expressamente na Constituição Federal, sendo princípio implícito do texto constitucional e limitável por lei infraconstitucional.

c) O juiz não pode aplicar as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece.

d) Em qualquer caso, pelo princípio da impugnação específica, o réu deve impugnar um a um os fatos narrados na petição inicial, sob pena de presumir-se a sua veracidade.

e) A solução consensual dos conflitos é incentivada somente em momentos pré-processuais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A exigência de comportamento com boa-fé aplica-se a todos os sujeitos do processo, incluindo o juiz, advogados, e demais envolvidos, conforme o art. 5º do CPC.

A alternativa B está correta. O princípio do duplo grau de jurisdição não é expressamente previsto na Constituição Federal, mas é considerado implícito.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 375 do CPC, é permitido ao juiz aplicar as regras de experiência comum e as regras de experiência técnica, baseadas na observação do que ordinariamente acontece.

A alternativa D está incorreta. O réu deve impugnar especificamente os fatos alegados na petição inicial, conforme o art. 341 do CPC.

A alternativa E está incorreta. A solução consensual dos conflitos é incentivada em todas as fases do processo, não apenas em momentos pré-processuais, conforme o Art. 3º, §3º do CPC.

QUESTÃO 56. O membro do Ministério Público está sujeito às mesmas regras de impedimento e suspeição dos juízes. Partindo desta premissa, assinale a alternativa CORRETA:

a) A suspeição do membro do Ministério Público pode ser alegada mesmo por quem não é parte no processo.

b) As causas de impedimento e suspeição somente se aplicam ao Ministério Público quando este for parte.

c) Na ação rescisória, estará impedido de intervir o membro do Ministério Público que tiver atuado no processo do acórdão rescindendo.

d) A participação de Promotor de Justiça em inquérito civil não impede sua atuação na ação civil pública.

e) Não há impedimento do Promotor de Justiça que anteriormente atuou no processo como perito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 465, §1º, I, CPC, a alegação de suspeição é uma incumbência das partes.

A alternativa B está incorreta. As causas de impedimento e suspeição aplicam-se ao Ministério Público tanto quando atua como parte quanto quando atua como fiscal da lei, pois a lei não faz distinção.

Ainda, nesse sentido, vale aqui indicarmos o disposto no art. 252 do Código Penal: “I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;”

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não há impedimento específico que proíba o membro do Ministério Público de intervir em uma ação rescisória por ter atuado no processo original.

A alternativa D está correta. Conforme Robson Renault Godinho, “(...) a homologação do arquivamento do inquérito civil – ou o não cumprimento da decisão que não o homologou – não impede a propositura da ação

civil pública posteriormente pelo próprio Ministério Público e especialmente, claro, por qualquer outro legitimado; e a diferença principal e fundamental: no caso da ação penal, a atribuição é legalmente transferida para o Procurador-Geral, já no processo coletivo inexistente deslocamento vertical de atribuição, permanecendo a atividade finalística aos órgãos ordinários de execução.”

A alternativa E está incorreta. A atuação como perito anteriormente pelo então Promotor de Justiça caracteriza hipótese de suspeição, nos termos do art. 144, I, do CPC.

QUESTÃO 57. Sobre a disciplina do recurso de apelação no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em respeito ao princípio constitucional do duplo grau de jurisdição, é vedado ao tribunal, no julgamento da apelação, apreciar, originariamente, pedido sobre o qual a sentença tiver sido omissa, hipótese em que se impõe a declaração de nulidade da sentença citra petita, com retorno dos autos à primeira instância, para integral julgamento da demanda.

b) Caso reforme sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, deverá o tribunal julgar o mérito, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.

c) Se o réu apresentar dois fundamentos distintos e individualmente suficientes para a improcedência do pedido do autor e a sentença acolher apenas um deles, sem nem mesmo abordar o outro, é lícito ao tribunal, no julgamento da apelação do autor, afastar o fundamento defensivo acolhido na sentença e, originariamente, analisar o segundo fundamento do réu.

d) É vedado à parte, sob pena de inadmissível supressão de instância, suscitar na apelação questão de fato não proposta no juízo inferior.

e) Caso o apelado, no prazo de que dispõe para responder o recurso, interponha apelação adesiva, o apelante deverá ser intimado para apresentar contrarrazões. Não há, diversamente, previsão de intimação ao apelante para manifestação, caso o apelado, nas contrarrazões, suscite questão resolvida, na fase de conhecimento, por decisão interlocutória não impugnável por agravo de instrumento, em atenção à preclusão consumativa decorrente da interposição da apelação sem se suscitar a correspondente questão preliminar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o recurso de apelação.

A alternativa A está incorreta. O recurso cabível nesse caso é embargos de declaração, nos termos do art. 1.022, II, CPC, e o recurso de apelação.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, ao reconhecer a decadência ou a prescrição, o tribunal, se possível, julgará o mérito, examinando as demais questões, consoante o art. 1.013, CPC.

A alternativa C está correta. Isso assegura uma decisão mais completa e evita a necessidade de retorno dos autos à primeira instância apenas para análise do fundamento não apreciado inicialmente, conforme preconiza o princípio da economia processual.

A alternativa D está incorreta. Sim, pois na apelação não será apreciado fato novo.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão para que o apelante seja intimado a se manifestar novamente caso o apelado, nas contrarrazões, levante questões já decididas por decisões interlocutórias que não foram objeto de agravo de instrumento.

QUESTÃO 58. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor.

b) O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão.

c) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.

d) Na petição inicial do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o valor da causa deve levar em consideração o pedido de tutela final.

e) A toda causa será atribuído valor certo, salvo se não tiver conteúdo econômico imediatamente aferível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Consoante o art. 292, §2º, do CPC, deverá o juiz corrigir, inclusive de ofício, o valor da causa, caso ela não seja correspondente ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor.

A alternativa B está incorreta. Conforme prevê o art. 293 do CPC, o valor atribuído à causa pelo autor poderá ser impugnado em preliminar da contestação.

A alternativa C está incorreta. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção, conforme assim determina o art. 292, caput, CPC.

A alternativa D está incorreta. Em caso de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o valor da causa deve considerar o pedido de tutela final, consoante o art. 303, §4º, do CPC.

A alternativa E está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível, toda causa terá seu valor certo, conforme determina o art. 291, CPC.

QUESTÃO 59. Considerando as disposições expressas do Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito da comunicação dos atos processuais e das nulidades, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O defeito ou a inexistência da citação opera-se no plano da existência da sentença, caracterizando-se como vício transrescisório que pode ser suscitado a qualquer tempo, mediante simples petição ou por meio de ação declaratória de nulidade (*querela nullitatis*).

b) Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. A citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.

c) Ainda que se trate de processo eletrônico, a publicação da decisão no órgão oficial somente será dispensada quando a parte estiver representada por advogado cadastrado no sistema do Poder Judiciário, ocasião em que a intimação se dará de forma eletrônica.

d) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de execução, o réu será considerado revel.

e) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A inexistência ou defeito na citação é um vício que afeta a própria existência da sentença, sendo um vício que compromete a validade do processo. Para recorrer desta questão, poderá o autor, por meio ação declaratória de nulidade, também conhecida como *querela nullitatis*, admitido quando se trata de falta ou nulidade de citação.

A alternativa B está incorreta. Nos exatos termos do art. 238, parágrafo único, do CPC, a citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.

A alternativa C está incorreta. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.951.656). Para a Terceira Turma do STJ, é necessária a publicação em diário oficial das decisões proferidas em processo eletrônico quando o réu revel não constituir advogado nos autos. Mesmo em processo eletrônico, a publicação no órgão oficial somente será dispensada quando as partes estiverem representadas por advogados cadastrados no sistema eletrônico do Poder Judiciário, pois assim a intimação se fará pelo próprio sistema.

A alternativa D está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, quando rejeitada a alegação de nulidade, o réu será considerado revel em processo de CONHECIMENTO, corresponde ao disposto no art. 239, §1, §2º, I e II, do CPC.

A alternativa E está correta. A alternativa corresponde o disposto no art. 283 do CPC.

QUESTÃO 60. A Lei nº 13.140/2015 dispõe que a mediação será orientada pelos princípios da imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, informalidade, autonomia da vontade das partes, busca do consenso, confidencialidade e boa-fé. No que diz respeito à confidencialidade, assinale a alternativa CORRETA:

a) Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial, salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.

b) O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, não alcançando opinião ou sugestão formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito.

c) A informação relativa à ocorrência de crime de ação pública está abrigada pela regra de confidencialidade.

d) Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, ainda que expressamente autorizado.

e) O dever de confidencialidade não alcança a manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A afirmação está alinhada com o art. 30 da Lei nº 13.140/2015, que dispõe sobre a confidencialidade das informações relativas ao procedimento de mediação.

A alternativa B está incorreta. O dever de confidencialidade se aplica a todas essas pessoas, e alcança também as opiniões e sugestões formuladas por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito, consoante o art. 30, §1º, da Lei nº 13.140/2015.

A alternativa C está incorreta. Não está abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública, nos termos do art. 30, §3º, da Lei nº 13.140/2015.

A alternativa D está incorreta. O mediador pode revelar informações prestadas em sessão privada às demais partes se expressamente autorizado.

A alternativa E está incorreta. A manifestação de aceitação de proposta de acordo também está sujeita ao dever de confidencialidade (art. 30, §1º,III).

QUESTÃO 61. Em relação à medida de indisponibilidade de bens, na ação de improbidade administrativa, é CORRETO afirmar que:

a) O pedido de indisponibilidade de bens poderá ser formulado em caráter incidental antecedente à propositura da ação.

b) Nos termos da Lei nº 14.230/21, na seara da improbidade administrativa, a demonstração de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo é presumida.

c) É vedada a substituição do valor da indisponibilidade por caução idônea, fiança bancária ou seguro-garantia judicial.

d) Conforme a nova sistemática introduzida, é vedada a indisponibilidade de bens de terceiro.

e) Por se tratar de instituto diverso da penhora, não há óbice para a decretação de indisponibilidade do bem de família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está correta. De acordo com a Lei nº 8.429/92: “Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus [...]”.

A alternativa B está incorreta. Confira-se a redação da Lei nº 8.429/92: “Art. 16 [...] § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo [...]”.

A alternativa C está incorreta. Consoante a Lei nº 8.429/92: “Art. 16 [...] § 6º O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Lei nº 8.429/92: “Art. 16 [...] § 7º A indisponibilidade de bens de terceiro dependerá da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados ou, quando se tratar de pessoa jurídica, da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, a ser processado na forma da lei processual”.

A alternativa E está incorreta. Segundo a Lei nº 8.429/92: “Art. 16 [...] § 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei”.

QUESTÃO 62. Nos termos da Lei nº 8.080/90, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A execução de ações de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica está no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

b) Entre os princípios e diretrizes que norteiam as ações e serviços públicos de saúde, estão a universalidade, a integralidade da assistência, a preservação da autonomia, a igualdade de assistência e o direito à informação.

c) A organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras, em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, também se constituiu em relevante diretriz de atuação do Sistema Único de Saúde.

d) O Sistema Único de Saúde se orienta, entre outros, pela integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

e) Em todas as esferas do Sistema Único de Saúde, é vedado o pagamento de medicamento e produto em que a indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro na Anvisa, mesmo que seu uso tenha sido recomendado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão aborda a organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado na Lei nº 8.080/90.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 6º, I, da Lei nº 8.080/90, a execução de ações de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica fazem parte do campo de atuação do SUS. Essas atividades são fundamentais para a proteção da saúde pública, uma vez que envolvem o monitoramento, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde.

A alternativa B está correta. A universalidade, integralidade, preservação da autonomia, igualdade de assistência e o direito à informação são de fato princípios e diretrizes fundamentais que orientam o SUS, conforme os incisos do art. 7º da Lei nº 8.080/90.

A alternativa C está correta. A Lei nº 12.845/2013 dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual no âmbito do SUS, incluindo atendimento psicológico e, quando necessário, cirurgias plásticas reparadoras. Assim, o atendimento especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica e sexual está incluído nas diretrizes do SUS, reforçando sua atuação para atender a esse público de forma integral.

A alternativa D está correta. O art. 7º, inciso X da Lei nº 8.080/90 estabelece que a atuação do SUS tem como diretriz a “integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico”.

A alternativa E está incorreta. A legislação e a jurisprudência têm permitido o uso de medicamentos fora da bula (off-label), desde que haja recomendação da Conitec ou decisão judicial que reconheça sua eficácia e necessidade. Embora o uso de medicamentos fora da indicação original (off-label) seja um tema sensível e que requer cautela, a Conitec pode recomendar o uso de tecnologias ou medicamentos em circunstâncias específicas, mesmo que sua indicação não esteja aprovada pela Anvisa para aquela finalidade. Portanto, a vedação total ao uso de medicamentos fora da indicação aprovada pela Anvisa, mesmo com recomendação da Conitec, não reflete o entendimento vigente. No dia 13/09/2024, o STF finalizou o Tema 1.234 de Repercussão Geral, sobre a competência da Justiça Federal nas demandas que versem sobre fornecimento de medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde – SUS. Apesar de o julgamento não ser especificamente sobre a utilização off-label, tais temas foram parte do debate e constam no acórdão.

QUESTÃO 63. Nos termos previstos na Lei nº 14.852/2024, nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização dos seguintes instrumentos, EXCETO:

- a) Sistema para recebimento e processamento de reclamações e denúncias de abusos e irregularidades cometidos por usuários.**
- b) Garantia de ressarcimento em relação a conteúdos considerados impróprios ou inadequados.**
- c) Instrumentos para solicitar revisão de decisão e reversão de penalidades impostas.**
- d) Sanções a serem aplicadas aos usuários infratores, incluídas as medidas utilizadas para impedir que os usuários criem contas adicionais em caso de banimento.**
- e) Atualização e manutenção de ferramentas de supervisão e de moderação parental que respeitem o desenvolvimento progressivo das capacidades e a autonomia das crianças e dos adolescentes usuários, garantindo, ainda, seu direito à informação sobre a ativação e os parâmetros do mecanismo de supervisão.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de jogos eletrônicos, em especial quando destinados a crianças e adolescentes.

A alternativa A está incorreta, pois a lei nº 14.852/2024 traz expressamente esta previsão: “Art. 16. Nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização de, no mínimo: I – sistema para recebimento e processamento de reclamações e denúncias de abusos e irregularidades cometidos por usuários.”;

A alternativa B está correta, pois não há esta previsão na lei nº 14.852/2024;

A alternativa C está incorreta, pois a lei nº 14.852/2024 traz expressamente esta previsão: “Art. 16 - Nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização de, no mínimo: III – instrumentos para solicitar revisão de decisão e reversão de penalidades impostas.”;

A alternativa D está incorreta, há expressa previsão legal neste sentido na lei nº 14.852/2024 “Art. 16 - Nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização de, no mínimo: IV – transparência social sobre: d) as sanções a serem aplicadas aos usuários infratores, incluídas as medidas utilizadas para impedir que os usuários criem contas adicionais em caso de banimento.”;

A alternativa E está incorreta, por expressa previsão na lei nº 14.852/2024 “Art. 16. Nos jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deve ser garantida a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, com a disponibilização de, no mínimo: VI – atualização e manutenção de ferramentas de supervisão e de moderação parental que respeitem o desenvolvimento progressivo das capacidades e a autonomia das crianças e dos adolescentes usuários, garantindo, ainda, seu direito à informação sobre a ativação e os parâmetros do mecanismo de supervisão.”.

QUESTÃO 64 Nos termos do que dispõe a Lei de Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), assinale a alternativa incorreta:

a) O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

b) O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais.

c) Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a posse, facultando-lhe o acesso à justiça para obtenção dos títulos respectivos.

d) O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende, entre outros, a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões.

e) O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão dispõe sobre a Lei da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

A alternativa A está correta, tendo em vista que é, *ipsis litteris*, o que traz o art. 17 da supracitada Lei, veja: "O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição Federal."

A alternativa B está correta, pois é o que consta do art. 21 da referida Lei, veja: "O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais."

A alternativa C está incorreta, por ser dever do Estado a emissão dos respectivos títulos - e não faculdade. Veja: "Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."

A alternativa D está correta, tendo em vista que é o teor do art. 24, VI, da Lei nº 12.288/2010, veja: "O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende: (...) VI - a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões;"

A alternativa E está correta, pois é o que determina o art. 27 da referida Lei, veja: "O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo."

QUESTÃO 65. Assinale a alternativa CORRETA que justifique, nos termos da decisão monocrática proferida por ministro do STF, no âmbito da ADPF 743, a extrapolação do teto de gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal para custear ações de combate a incêndios no país:

a) As consequências negativas para a Responsabilidade Fiscal serão muito maiores devido à erosão das atividades produtivas vinculadas às áreas afetadas pelas queimadas e pela seca do que em decorrência da suspensão momentânea da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Os gastos com proteção, prevenção, reparação e conservação do meio ambiente não se sujeitam aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos da chamada Responsabilidade Ambiental imposta ao gestor.

c) A possibilidade de suplementação orçamentária, durante o ano correspondente, permite a adequação das balizas anteriormente previstas com a finalidade de adequação da execução orçamentária à realidade fiscal.

d) A Lei de Responsabilidade Fiscal permite, em situações excepcionais, abertura de créditos extraordinários para fazer frente às despesas emergenciais, especialmente em relação à chamada "pandemia de incêndios e secas".

e) Sob a perspectiva de conflito entre valores constitucionais (Responsabilidade Fiscal e Responsabilidade Ambiental), deve preponderar aquele que possui o maior risco de extinguir-se irremediavelmente, qual seja, o equilíbrio econômico-fiscal preponderante na LRF.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão aborda o tema responsabilidade fiscal.

A alternativa A está correta pois traduz o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743: “É nítido o vetor da concordância prática dessa conclusão interpretativa, mormente levando em consideração os reflexos da emergência climática para a produção nacional, e, conseqüentemente, para o Produto Interno Bruto. Em outras palavras, pode-se dizer que as conseqüências negativas para a Responsabilidade Fiscal serão muito maiores devido à erosão das atividades produtivas vinculadas às áreas afetadas pelas queimadas e pela seca do que em decorrência da suspensão momentânea, e apenas para estes últimos quatro meses do exercício financeiro de 2024, da regra do § 7º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

A alternativa B está incorreta pois contraria o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743: “Isso significa que, ainda que os créditos extraordinários não impactem o limite de gastos primários imposto pela Lei Complementar no 200/2023, inexistindo norma proveniente de lei complementar que crie tal exceção, eles continuam a ser contabilizados no esforço fiscal que visa ao cumprimento da meta de resultado primário.”.

A alternativa C está incorreta pois contraria o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743: “A jurisprudência desta Suprema Corte também alberga a proteção ambiental como marco definidor do Estado de Direito contemporâneo, sendo exemplo disto o julgamento das presentes ADPFs (nº 743, 746 e 857), bem como da ADPF 760 e ADO 64, atualmente de relatoria do Ministro André Mendonça. Nestas últimas ações, esta Corte manifestou-se no seguinte sentido: “(...) Como já reconhecido por esta Suprema Corte, a questão relacionada à concretização do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, plasmado no art. 225 da Lei Maior e titularizado pelas presentes e futuras gerações, através da efetiva implementação de programas e ações governamentais eficientes, “é um dos temas jurídicos e sociais mais relevantes da atualidade, tanto na perspectiva nacional quanto internacional” (ADO nº 59/DF, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, j. 03/11/2022, p. 16/08/2023), possuindo inegável estatura constitucional. (...) 8. O dever constitucional de proteção ao meio ambiente reduz a esfera de discricionariedade do Poder Público em matéria ambiental, pois há uma imposição de agir a fim de afastar a proteção estatal deficiente e a proibição do retrocesso. A inércia do administrador ou sua atuação insuficiente configura inconstitucionalidade, autorizando a intervenção judicial. (...) 12. A complexidade do problema, associada a razões de interesse social, segurança jurídica, repercussão internacional e outras externalidades negativas orientam, contudo, para o não reconhecimento de um estado de coisas inconstitucional em relação à política pública de proteção ambiental atualmente adotada pelos poderes públicos, nos diversos níveis federativos e instâncias governamentais nacionais. 13. Assunção, como alternativa, de um “compromisso significativo” (meaningful engagement) referente ao desmatamento ilegal da Floresta Amazônica, com a determinação de (i) elaboração de plano de ação voltado à efetiva execução do PPCDAm ou outro instrumento de planejamento e formatação da política pública ambiental para a região amazônica atualmente em vigor; (ii) elaboração de plano específico de fortalecimento institucional do Ibama, do ICMBio, da Funai e outros órgãos envolvidos na defesa e proteção do meio ambiente; (iii) apresentação, em sítio eletrônico a ser indicado pela

União, de relatórios objetivos, transparentes, claros e em linguagem de fácil compreensão ao cidadão brasileiro, contendo as ações e os resultados das medidas adotadas em cumprimento aos comandos determinados por este Supremo Tribunal Federal; (iv) abertura de créditos extraordinários, com vedação de contingenciamento orçamentário, em relação às rubricas ambientais; e, (v) expedição de notificação ao Congresso Nacional acerca do contido na presente decisão”. (ADPF 760, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: ANDRÉ MENDONÇA, Tribunal Pleno, julgado em 14-03-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG25-06-2024 PUBLIC 26-06-2024)”.’.

A alternativa D está incorreta pois contraria o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743: “O já transcrito § 7º do art. 4º da Lei Complementar no 101/2000 foi incluído pela Lei Complementar nº 200/2023. Esta e as demais alterações objetivaram a instituição de regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País. Por se tratar de regra contida em lei complementar, em virtude da limitação prescrita pelo inciso III do § 1º do art. 62 da Constituição da República, o Governo Federal não pode editar medida provisória para suplantar momentaneamente tal obstáculo.”.

A alternativa E está incorreta pois contraria o entendimento esposado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino na ADPF 743, conforme comentários à alternativa A.

QUESTÃO 66. São objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, previstos na Lei nº 12.587/2012, EXCETO:

a) Reduzir as desigualdades e promover a inclusão social.

b) Promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais.

c) Proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e sustentabilidade.

d) Promover o desenvolvimento sustentável com mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades.

e) Consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre mobilidade urbana.

A alternativa A está incorreta. Conforme artigo 7º, I, da Lei 12.587/12: “Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: I - reduzir as desigualdades e promover a inclusão social”.

A alternativa B está incorreta. Conforme artigo 7º, II, da Lei 12.587/12: “Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: II - promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais”.

A alternativa C está correta. O correto seria acessibilidade e mobilidade, conforme artigo 7º, III, da Lei 12.587/12: “Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: III - proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade”.

A alternativa D está incorreta. Conforme artigo 7º, IV, da Lei 12.587/12: “Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: IV - promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades”.

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 7º, V, da Lei 12.587/12: “Art. 7 A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: V - consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana”.

QUESTÃO 67. Sobre a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é INCORRETO afirmar que:

a) Entende-se por rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

b) Entende-se por resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia, nos termos desta Lei.

c) São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; outras formas vedadas pelo poder público.

d) A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

e) É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, exceto se para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

Comentários curtos.

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre resíduos sólidos.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 3º, XV, da Lei 12.305/10: “XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada”.

A alternativa B está correta. Conforme artigo 3º, XVI, da Lei 12.305/10: “XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível”.

A alternativa C está correta. Conforme artigo 47 da Lei 12.305/10: “Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; IV - outras formas vedadas pelo poder público”.

A alternativa D está correta. Conforme artigo 37 da Lei 12.305/10: “Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos”.

A alternativa E está incorreta. Inexiste a exceção apresentada pela alternativa, conforme artigo 49 da Lei 12.305/10: “Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação”.

QUESTÃO 68. Sobre a Lei Estadual nº 23.291/2019, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens, é INCORRETO afirmar que:

a) O empreendedor é o responsável pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento das ações necessárias para garantir a segurança nas fases de planejamento, projeto, instalação, operação e desativação e em usos futuros da barragem.

b) A construção, a instalação, o funcionamento, a ampliação e o alteamento de barragens no Estado dependem de prévio licenciamento ambiental, na modalidade trifásica, que compreende a apresentação preliminar de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e as etapas sucessivas de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), permitida, excepcionalmente, a licença corretiva.

c) O licenciamento e a fiscalização ambiental de barragens no Estado competem a órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), sem prejuízo das ações de fiscalização previstas no âmbito da PNSB.

d) O empreendedor fica obrigado a notificar formalmente ao órgão fiscalizador e à entidade fiscalizadora do Sisema a data de início e as dimensões da ampliação, do alteamento e eventuais obras de manutenção corretiva da barragem, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis contados da data de início da ampliação, do alteamento ou da manutenção corretiva.

e) Fica vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja identificada comunidade na zona de autossalvamento.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre a Política Estadual de Segurança de Barragens.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 3º da Lei Estadual 23.291/2019: “Art. 3º – O empreendedor é o responsável pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento das ações necessárias para garantir a segurança nas fases de planejamento, projeto, instalação, operação e desativação e em usos futuros da barragem”.

A alternativa B está incorreta. A licença corretiva é vedada, conforme artigo 6º da Lei Estadual 23.291/2019: “Art. 6º – A construção, a instalação, o funcionamento, a ampliação e o alteamento de barragens no Estado dependem de prévio licenciamento ambiental, na modalidade trifásica, que compreende a apresentação preliminar de Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – e as etapas sucessivas de Licença Prévia – LP –, Licença de Instalação – LI – e Licença de Operação – LO –, vedada a emissão de licenças concomitantes, provisórias, corretivas e ad referendum”.

A alternativa C está correta. Conforme artigo 4º da Lei Estadual 23.291/2019: “Art. 4º – O licenciamento e a fiscalização ambiental de barragens no Estado competem a órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, sem prejuízo das ações de fiscalização previstas no âmbito da PNSB”.

A alternativa D está correta. Conforme artigo 10 da Lei Estadual 23.291/2019: “Art. 10 – O empreendedor fica obrigado a notificar formalmente ao órgão fiscalizador e à entidade fiscalizadora do Sisema a data de início e as dimensões da ampliação, do alteamento e eventuais obras de manutenção corretiva da barragem, com antecedência mínima de quinze dias úteis contados da data de início da ampliação, do alteamento ou da manutenção corretiva.”.

A alternativa E está correta. Conforme artigo 12 da Lei Estadual 23.291/2019: “Art. 12 – Fica vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja identificada comunidade na zona de autossalvamento”.

QUESTÃO 69. Sobre a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, é INCORRETO afirmar que:

a) É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao

esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar comunitária.

b) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

c) A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.

d) O Dia Mundial do Trabalho, 1º de maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

e) Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**.

A alternativa A está correta. Exatamente o art. 3º do Estatuto da Pessoa Idosa: “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”

A alternativa B está correta. Exatamente o art. 8º do Estatuto da Pessoa Idosa: “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.”

A alternativa C está correta. Exatamente o art. 12 do Estatuto da Pessoa Idosa: “A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.

A alternativa D está correta. Exatamente o art. 32 do Estatuto da Pessoa Idosa: “O Dia Mundial do Trabalho, 1º de Maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.”

A alternativa E está incorreta. A gratuidade aos 65 anos, e não aos 60, conforme o art. 39 do Estatuto da Pessoa Idosa: “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.”

QUESTÃO 70. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que:

a) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

b) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

c) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, mediante autorização judicial e oitiva prévia do Ministério Público.

d) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

e) As pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990).

A alternativa A está correta, tendo em vista ser, *ipsis litteris*, o art. 19 da Lei 8069/1990: "É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)".

A alternativa B está correta, tendo em vista que o art. 19, §2º da Lei 8069/1990 determina exatamente o que a alternativa afirma: "Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) §2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, consoante Lei 8069/1990, tais visitas independem de autorização judicial, veja: "Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 4 o Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)".

A alternativa D está correta, tendo em vista ser o teor do Art. 19-A da referida Lei: "A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)".

A alternativa E está correta, pois é o que determina o art. 19-B do ECA: "A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

(Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) § 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)".

QUESTÃO 71. Desde a publicação da Lei de Ação Civil Pública em 1985, portanto antes mesmo da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, muitos debates e discussões judiciais foram travados sobre a legitimidade do Ministério Público na defesa dos interesses difusos e coletivos.

Neste tema, é **INCORRETO** afirmar que:

a) O Ministério Público tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública contra a cobrança abusiva de honorários advocatícios em demandas previdenciárias que envolvam pessoas idosas.

b) O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública objetivando a cessação dos jogos de azar.

c) O Ministério Público Federal, em razão da relevância social do bem jurídico tutelado e da vulnerabilidade dos povos indígenas, é parte legítima para pleitear compensação por danos morais coletivos e individuais em decorrência do óbito de menor indígena por falha na prestação de serviço médico.

d) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa dos interesses de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, visto que presente o relevante interesse social da matéria.

e) O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) em benefício do segurado.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão aborda a legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ações coletivas.

A alternativa A está correta. Em decisão recente, o STJ afirmou a legitimidade: “O Ministério Público possui legitimidade para propor ação civil pública que trate de contrato de honorários advocatícios abusivos quando houver litigantes hipossuficientes e repercussão social que transcenda a esfera dos interesses particulares.” (REsp n. 2.079.440/RO, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 20/2/2024, DJe de 1/3/2024) A cobrança abusiva de honorários advocatícios, especialmente de pessoas idosas, vulneráveis a esse tipo de prática, configura lesão a interesses individuais homogêneos de consumidores. O Ministério Público possui legitimidade para defender esses interesses em ações coletivas em defesa dos direitos de pessoas idosas, um grupo considerado hipervulnerável.

A alternativa B está incorreta. Item n. 9 edição n. 19 da Jurisprudência em Teses do STJ: “O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública objetivando a cessação dos jogos de azar”. A exploração de jogos de azar é ilegal no Brasil, e sua prática causa danos à ordem pública e à saúde pública, configurando interesses difusos. O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública visando coibir essa prática ilegal.

A alternativa C está correta. A proteção dos direitos indígenas, incluindo o direito à saúde, é um interesse difuso e coletivo. O Ministério Público Federal tem legitimidade para defender esses direitos em juízo, inclusive pleiteando indenização por danos morais coletivos e individuais, conforme arts. 127 e 129, III, da CF. falha na prestação de serviços médicos, especialmente quando envolve o óbito de menor indígena, justifica a atuação do MPF, tanto na defesa de direitos individuais homogêneos quanto de direitos difusos e coletivos.

A alternativa D está correta. O STJ já reconheceu a legitimidade do Ministério Público para propor ações civis públicas em defesa de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), inclusive publicando tese de jurisprudência no item n. 12 da edição n. 19 da Jurisprudência em Teses do STJ: “O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa dos interesses de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, visto que presente o relevante interesse social da matéria”. O relevante interesse social e o impacto coletivo da matéria justificam a atuação do MP na defesa dos mutuários, uma vez que envolve questões de moradia, um direito fundamental e social. Essa atuação visa proteger direitos individuais homogêneos de um grande grupo de pessoas, que têm interesse na mesma questão jurídica.

A alternativa E está correta. Item 13 da edição n. 19 da Jurisprudência em Teses do STJ: “O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) em benefício do segurado.” O DPVAT é um seguro individual, e a indenização decorrente de acidente de trânsito é um direito individual do segurado ou de seus beneficiários. Nesse caso, o Ministério Público não possui legitimidade para atuar, pois não se trata de defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. A legitimidade para pleitear a indenização do DPVAT é do próprio segurado ou de seus herdeiros.

QUESTÃO 72. Prevê o art. 1.022 do CPC, aplicável ao processo coletivo por força do art. 19 da Lei de Ação Civil Pública e do art. 90 do Código de Defesa do Consumidor, a possibilidade de interposição de recurso de embargos de declaração contra qualquer decisão judicial por vício de obscuridade, contradição, omissão, ou, ainda, para corrigir erro material.

É CORRETO afirmar que:

a) O recurso de embargos de declaração oposto na origem contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial não interrompe o prazo para a interposição do recurso de agravo, uma vez que manifestamente incabível.

b) A ausência de indicação, nas razões do recurso de embargos declaratórios, da presença de quaisquer dos vícios de cabimento do recurso não implica o não conhecimento dos aclaratórios por fundamentação recursal deficiente.

c) O recurso de embargos de declaração oposto por uma das partes interrompe ou suspende o prazo que a outra dispõe para embargar a mesma decisão, pois o prazo para recorrer não é comum entre elas.

d) Nos casos em que o órgão colegiado julga matéria submetida à sistemática da repercussão geral, não se admite, nem mesmo em caso excepcional, a oposição de recurso de embargos de declaração para atribuir-

lhes efeitos modificativos, anular o acórdão embargado e determinar a devolução dos autos ao tribunal de origem para exercer juízo de conformação após o julgamento do paradigma.

e) É possível, em recurso de embargos de declaração, ampliar as questões veiculadas no recurso para incluir teses que não foram anteriormente suscitadas, desde que se trate de matéria de ordem pública, caso excepcional em que se afastam as restrições às hipóteses em que existe vício no julgado.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata de recursos no processo coletivo.

A alternativa A está correta. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem consolidado o entendimento de que, quando são interpostos embargos de declaração manifestamente incabíveis (ou seja, que não têm a finalidade de sanar obscuridade, contradição, omissão ou erro material), eles não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos. Quando a decisão é de inadmissibilidade de recurso especial, se os embargos declaratórios não apontam um vício real na decisão, eles não suspendem ou interrompem o prazo para o agravo.

A alternativa B está incorreta. Para que os embargos de declaração sejam conhecidos, é necessário que a parte recorrente indique qual vício específico pretende sanar (obscuridade, contradição, omissão ou erro material), conforme art. 1.022 do CPC. Se o recurso não aponta de forma clara a existência de algum desses vícios, a jurisprudência dos tribunais superiores entende que isso configura fundamentação recursal deficiente, levando ao não conhecimento dos embargos. Ou seja, a ausência de indicação clara dos vícios impede o processamento adequado do recurso.

A alternativa C está incorreta. No processo coletivo, o prazo para interposição de recurso é comum a todos os litisconsortes, ainda que em polos distintos. Assim, os embargos de declaração opostos por uma das partes interrompem o prazo para todas as demais, inclusive as que estão no polo oposto da demanda. Os embargos de declaração, quando interpostos, interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso, conforme o art. 1.026 do CPC.

A alternativa D está incorreta. Embora o art. 1.022 do CPC permita a interposição de embargos de declaração para sanar vícios no julgado, incluindo omissões ou contradições, há casos em que os tribunais superiores podem admitir embargos de declaração com efeitos modificativos, inclusive para anular o acórdão embargado. No entanto, na sistemática da repercussão geral, quando o órgão colegiado decide uma questão vinculada a um precedente do STF, pode haver a necessidade de conformação, o que pode ensejar novos julgamentos ou ajustes, dependendo da decisão proferida. A regra é que os embargos de declaração não modifiquem o mérito, mas, em situações excepcionais, isso pode ocorrer.

A alternativa E está incorreta. Os embargos de declaração são um recurso de fundamentação vinculada, ou seja, só podem ser utilizados para sanar os vícios do art. 1.022 do CPC. Não se admite a inovação recursal, com a inclusão de teses novas. Mesmo que se trate de matéria de ordem pública, os embargos de declaração não são a via adequada para a inclusão de novas teses ou para ampliar o escopo da discussão, uma vez que o recurso tem finalidades limitadas e formais.

QUESTÃO 74. A Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, alterou o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que regula os direitos das pessoas com 60 anos ou mais), substituindo as expressões “idoso” e “idosos” por “pessoa idosa” e “pessoas idosas”.

Na defesa judicial das pessoas idosas, é **INCORRETO** afirmar que:

a) É absoluta a competência do foro do domicílio do idoso nas causas, individuais ou coletivas, que versam sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado à pessoa idosa com deficiência, limitação incapacitante ou doença infectocontagiosa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.

b) Sendo o consumidor pessoa idosa (hipervulnerável), a responsabilidade da instituição financeira por falha na prestação de serviços bancários deve ser imputada com base no Estatuto da Pessoa Idosa e na Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

c) O Estado é parte legítima para compor lide coletiva para imposição de obrigação de fazer consistente em criar instituições de longa permanência (abrigos públicos), para acolher idosos em situação de hipervulnerabilidade.

d) A proteção da pessoa idosa, especialmente daquelas em situação de risco (hipervulnerável), é obrigação constitucional e legal irrenunciável, bem como dever da coletividade, da família e do Estado, que não se insere na órbita da discricionariedade do administrado.

e) As transações relativas a alimentos prestados a pessoa idosa, cuja obrigação é solidária na forma da lei civil, poderá ser celebrada perante o Ministério Público ou a Defensoria Pública, submetida a homologação judicial.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**.

A alternativa A está correta. O art. 80 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelece a competência absoluta do foro do domicílio da pessoa idosa: “As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores”.

A alternativa B está correta. A pessoa idosa é considerada hipervulnerável nas relações de consumo, e o Estatuto do Idoso, em conjunto com o Código de Defesa do Consumidor e a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, reforçam essa proteção especial.

A alternativa C está correta. O Estatuto do Idoso prevê a criação de instituições de longa permanência para idosos como uma das formas de atendimento, e o Estado, como responsável pela efetivação dos direitos sociais, pode ser demandado judicialmente para cumprir essa obrigação, inclusive em ações coletivas.

A alternativa D está correta. A proteção da pessoa idosa é um dever constitucional e legal, expresso no art. 230 da Constituição Federal e regulamentada pelo Estatuto do Idoso. A responsabilidade de garantir essa proteção é solidária entre a família, a sociedade e o Estado. Não se trata de uma questão discricionária para

o administrador público, uma vez que envolve direitos fundamentais, especialmente em relação aos idosos em situação de hipervulnerabilidade. Isso significa que o Estado não pode escolher quando ou como atuar, devendo agir para garantir esses direitos em qualquer circunstância.

A alternativa D está incorreta. O art. 13 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) estabelece: “As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil”. Portanto, a celebração da transação perante Promotor de Justiça ou Defensor Público afasta a necessidade de homologação judicial, passando imediatamente a produzir efeitos de título executivo extrajudicial.

QUESTÃO 75. A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Na defesa dos interesses das pessoas com deficiência, é incorreto afirmar que:

a) A associação, cujo estatuto institucional tem por finalidade a atuação em políticas públicas de interesse social, possui legitimidade ativa para propor demanda que tutela o fornecimento de transporte público especial municipal para os munícipes com deficiência ou mobilidade reduzida.

b) A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja a propositura de ação para impor responsabilidade à empresa aérea para reparação dos danos causados.

c) A previsão da existência de equipamentos e arquitetura de acesso deve constar obrigatoriamente nos projetos arquitetônicos e de equipamentos e mobiliário antes de sua implementação. Não se pode exigir, por processo coletivo, que as estruturas e imóveis outrora erigidos sem considerar a necessidade de prover o acesso às pessoas com deficiência devam sofrer adaptações, com absoluta prioridade.

d) O Poder Judiciário, em casos excepcionais e configurada a inércia ou morosidade da Administração, pode determinar a implementação pelo Estado de políticas públicas para assegurar o exercício de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como o acesso de adolescente deficiente ao prédio escolar, sem que isso configure violação ao princípio da separação dos poderes.

e) É de competência concorrente do Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 24, XIV, da Constituição Federal, determinar a construção de rampas da via pública até a calçada e desta ao interior dos estabelecimentos bancários, para facilitar o acesso de idosos e de deficientes físicos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão dispõe sobre a defesa dos interesses das pessoas com deficiência.

A alternativa A está correta, tendo em vista que é o teor da Edição 213 de Jurisprudência em teses (STJ), que firmou o seguinte entendimento: "1) A associação, cujo estatuto institucional tem por finalidade a atuação em políticas públicas de interesse social, possui legitimidade ativa para propor demanda que tutela o

fornecimento de transporte público especial municipal para os munícipes com deficiência ou mobilidade reduzida."

A alternativa B está correta, tendo em vista ser o entendimento firmado na Edição 164 de Jurisprudência em teses (STJ) e que determinou: "3) A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja a responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados (art. 14 da Lei n. 8.078/1990)." Nesse sentido, veja o julgado: "RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - ACESSIBILIDADE EM TRANSPORTE AÉREO - CADEIRANTE SUBMETIDO A TRATAMENTO INDIGNO AO EMBARCAR EM AERONAVE - AUSÊNCIA DOS MEIOS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO INGRESSO DESEMBARAÇADO NO AVIÃO DO DEPENDENTE DE TRATAMENTO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE DA PRESTADORA DE SERVIÇOS CONFIGURADA - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO IMPROCEDENTE. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. Hipótese: Trata-se de ação condenatória cuja pretensão é o reconhecimento da responsabilidade civil da companhia aérea por não promover condições dignas de acessibilidade de pessoa cadeirante ao interior da aeronave. 1. Recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do STJ. (...) 4. Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 8.078/90, o fornecedor de serviços responde, objetivamente, pela reparação dos danos causados ao consumidor, em razão da incontroversa má-prestação do serviço por ela fornecido, o que ocorreu na hipótese." (REsp 1611915/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 04/02/2019).

A alternativa C está incorreta, pois contraria a lei da acessibilidade (Lei nº 10.098/2000) que determina que todas as edificações, construídas ou em construção, deverão ter como base o princípio de desenho universal, que viabiliza a mobilidade de qualquer pessoa, independentemente do tipo ou do grau de deficiência que ela apresente. Prescreve seu art. 23: "A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso." A Lei nº 13.146/2015 traz o conceito de acessibilidade: Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;"

A alternativa D está correta, pois é o entendimento pacificado das Cortes Superiores, veja: "Agravo regimental no agravo de instrumento. Constitucional. Ação civil pública. Obrigação de fazer. Implementação de políticas públicas. Possibilidade. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes. 2. Agravo regimental não provido." (AI 708.667-AgR/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma)."

A alternativa E está correta, tendo em vista que a competência para regular a matéria de calçadas é do município, como prevê o art. 30, VIII, da Constituição Federal, que assim dispõe: "Art. 30. Compete aos Municípios: (...) VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;". Ademais, nas palavras de Rebecca Bezerra sobre a importância das calçadas no direito à acessibilidade das pessoas com deficiência, temos: "As

calçadas, também chamadas de passeios públicos, constituem importantíssimo fator de acessibilidade em uma cidade, pois se esta se desenvolve apenas com a preocupação de construir edifícios acessíveis, sem levar em conta a necessidade de se ter uma calçada também acessível, será constituída por "ilhas de acessibilidade". (BEZERRA, Rebecca Monte Nunes. A acessibilidade como condição de cidadania. In: GUGEL, Maria Aparecida; MACIEIRA, Waldir; RIBEIRO, Lauro (Org.). Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência. Florianópolis: Ed. Obra Jurídica, 2007.)

QUESTÃO 76. A improbidade administrativa é conduta dolosa cometida por agente público, servidor ou não, que importa em enriquecimento ilícito, causa lesão ao erário ou que atenta contra os princípios da administração pública. Em processos coletivos, que buscam apurar a prática de ato de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

a) A retroatividade da Lei de Improbidade Administrativa (com redação da Lei nº 14.230/2021) está adstrita aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência da lei anterior, com condenação transitada em julgado.

b) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é retroativo, aplicando-se os novos marcos temporais antes de sua publicação.

c) É possível a aplicação retroativa da Lei nº 14.230/2021 aos atos ímprobos culposos não transitados em julgados, inclusive na hipótese de não conhecimento do recurso (juízo de admissibilidade).

d) Não é possível a homologação judicial de acordo de não persecução cível em ação de improbidade administrativa em fase recursal.

e) Todas as alternativas estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta. O STF decidiu que: “Por força do art. 5º, XXXVI, da CF/88 a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, promovida pela Lei nº 14.230/2021, é irretroativa de modo que os seus efeitos não têm incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem durante o processo de execução das penas e seus incidentes (ARE 843989/PR)”.

A alternativa B está incorreta. No julgamento do ARE 843989/PR, o STF entendeu que “o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei”.

A alternativa C está correta. A Suprema corte definiu: “A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente (ARE 843989/PR)”.

A alternativa D está incorreta. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa: “Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: [...] § 4º O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória. Nesse sentido, manifestou-se o STJ: “É possível a homologação judicial de acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal (EAREsp 102585-RS)”.

A alternativa E está incorreta. Isso porque a alternativa C está correta.

QUESTÃO 77. A Lei nº 14.181, conhecida como Lei do Superendividamento, entrou em vigor no Brasil em julho de 2021 e alterou o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso. É INCORRETO afirmar que:

a) A Lei de Superendividamento instituiu mecanismo processual de proteção ao consumidor pessoa natural, de boa-fé, para pagamento da totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, como forma de evitar a exclusão social do consumidor.

b) Excluem-se do processo de repactuação as dívidas, ainda que decorrentes de relações de consumo, oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.

c) A Lei do Superendividamento criou uma forma de negociação em bloco das dívidas para as pessoas físicas. É um processo parecido com a recuperação judicial feita com empresas.

d) O acordo firmado perante os órgãos públicos de defesa do consumidor, em caso de superendividamento do consumidor pessoa natural, incluirá a data a partir da qual será providenciada a exclusão do consumidor de bancos de dados e de cadastros de inadimplentes, bem como o condicionamento de seus efeitos à abstenção,

pelo consumidor, de condutas que importem no agravamento de sua situação de superendividamento, especialmente a de contrair novas dívidas.

e) Na oferta de crédito ao consumidor, é possível condicionar o atendimento de pretensões do consumidor à renúncia e à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, já que é a única alternativa incorreta. A questão trata do tema superendividamento.

A alternativa A está correta, a lei nº 14.181 alterou o código de defesa do consumidor e incluiu no art. 6º a proteção contra o superendividamento: “XI - a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo

existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas; XII - a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.”;

A alternativa B está correta, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor: “Art. 54-A - Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a educação financeira do consumidor. § 3º O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.”;

A alternativa C está correta, de fato a Lei criou um mecanismo que se assemelha à recuperação judicial, conforme disposto no Art. 104-A: “A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A deste Código, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.”;

A alternativa D está correta, pois apresenta a literalidade do artigo 104 – C § 2º: “O acordo firmado perante os órgãos públicos de defesa do consumidor, em caso de superendividamento do consumidor pessoa natural, incluirá a data a partir da qual será providenciada a exclusão do consumidor de bancos de dados e de cadastros de inadimplentes, bem como o condicionamento de seus efeitos à abstenção, pelo consumidor, de condutas que importem no agravamento de sua situação de superendividamento, especialmente a de contrair novas dívidas.”;

A alternativa E está incorreta, trata-se de vedação expressa, prevista no Art. 54-C do Código de Defesa do Consumidor: “É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: V - condicionar o atendimento de pretensões do consumidor ou o início de tratativas à renúncia ou à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais.”.

QUESTÃO 78. No julgamento do Tema 698 do STF, de repercussão geral, foram fixadas as seguintes teses:

“1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.

2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem lançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.

3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).”

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A sujeição da vida animal a experiências de crueldade, que coloquem em perigo sua função ecológica ou que provoquem a extinção de espécies, não é compatível com o texto constitucional. Ademais, o estágio evolutivo da humanidade impõe o reconhecimento da dimensão ecológica do Estado de Direito, com a reformulação do princípio da dignidade para além da pessoa humana. Diante tais considerações, é possível tutelar o interesse dos animais e buscar a imposição de políticas públicas por ações civis públicas propostas pelo Ministério Público.

b) A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Não há falar em ingerência de esfera própria na fixação de políticas públicas quando em pauta o atendimento a direitos fundamentais prioritários, como o acesso das pessoas com deficiência.

c) Agindo a Caixa Econômica Federal na qualidade de agente executor e operador de políticas públicas para a promoção de moradia para consumidores de baixa renda, deve responder solidariamente com a incorporadora pelos danos causados ao consumidor em razão do atraso na entrega do imóvel.

d) A educação infantil compreende a creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos) e sua oferta pelo poder público pode ser exigida apenas coletivamente. O poder público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.

e) O poder público tem o dever constitucional de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, § 8º, da CF). A proteção de mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaça, em razão de violência doméstica ou familiar, inclui a criação de casas-abrigo (art. 8º, “d”, da Convenção de Belém do Pará). Também a Lei nº 11.340/06 impõe às três esferas de governo a obrigação de criar casas-abrigo para mulheres e seus dependentes menores.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**.

A alternativa A está correta. Reproduz trecho do voto do relator na ADI 2514: “A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil.” (STF, ADI 2514, Relator EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 29-06-2005). O STF, em diversos julgados, tem reconhecido a importância da proteção da fauna e da preservação ambiental, em consonância com o art. 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, incluindo a proteção da fauna, vedando práticas que submetam os animais à crueldade. Ações civis públicas são instrumentos adequados para a defesa de direitos difusos, como o meio ambiente ecologicamente equilibrado, que abrange a proteção da fauna.

A alternativa B está correta. A acessibilidade é um direito fundamental, previsto no art. 227, §2º da Constituição Federal, e garantido também pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional. O Poder Judiciário tem legitimidade para intervir e exigir a implementação de políticas públicas que garantam a acessibilidade quando houver omissão ou ineficácia do poder público, não configurando violação ao princípio da separação dos poderes, conforme as teses fixadas pelo STF no Tema 698.

A alternativa B está correta. Repete trecho da ementa de julgado recente do STJ: “Agindo a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente executor e operador de políticas públicas para a promoção de moradia para consumidores de baixa renda, deve responder solidariamente com a incorporadora pelos danos causados ao consumidor em razão do atraso na entrega do imóvel.” (AgInt no REsp n. 1.871.457/RN, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 9/9/2024, DJe de 12/9/2024.)

A alternativa D está incorreta. O STF, no julgamento do RE 1.008.166, que deu origem ao Tema 548 de Repercussão Geral, fixou a tese de que a educação infantil, compreendendo creche e pré-escola, pode ser exigida individualmente por meio de ações judiciais. A educação infantil é um direito fundamental previsto no art. 208, inciso IV da Constituição Federal, e o poder público tem o dever de garantir esse acesso, que pode ser pleiteado tanto individual quanto coletivamente.

A alternativa E está correta. O art. 226, § 8º da Constituição Federal impõe ao Estado a responsabilidade de coibir a violência no âmbito familiar. Além disso, a Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil, reforça essa obrigação, impondo a adoção de medidas para proteger mulheres em situação de risco, como a criação de casas-abrigo. A Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) também prevê explicitamente a criação de casas-abrigo como parte das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 79. Considerando o disposto na Lei nº 23.291/2019, que instituiu no âmbito do Estado de Minas Gerais a política estadual de segurança de barragens, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para a Licença Prévia, o empreendedor deve apresentar um projeto conceitual com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

b) A comprovação da implementação de caução ambiental é necessária na fase de Licença de Operação.

c) O plano de segurança da barragem deve incluir um Plano de Ação de Emergência (PAE) e análise de performance do sistema.

d) A realização de estudos sobre risco geológico e estrutural é uma exigência para a obtenção da Licença Prévia.

e) O órgão competente pode promover audiências públicas para discutir o projeto conceitual da barragem antes da análise do pedido de Licença Prévia.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre Política Estadual de Segurança de Barragens.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 7º, I, a, da Lei Estadual 23.291/2019: “I – para a obtenção da LP, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo: a) projeto conceitual na cota final prevista para a barragem, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART”.

A alternativa B está incorreta. Embora seja pequena a diferença, a alternativa está incompleta ao comparar com o artigo 7º, III, b, da Lei Estadual 23.291/2019: “III – para a obtenção da LO, o empreendedor deverá

apresentar, no mínimo: b) comprovação da implementação da caução ambiental a que se refere a alínea "b" do inciso I do caput, com a devida atualização;”.

A alternativa C está correta. Conforme artigo 7º, II, b, da Lei Estadual 23.291/2019: “b) plano de segurança da barragem contendo, além das exigências da PNSB, no mínimo, Plano de Ação de Emergência – PAE –, observado o disposto no art. 9º, análise de performance do sistema e previsão da execução periódica de auditorias técnicas de segurança”.

A alternativa D está correta. Conforme artigo 7º, I, e, da Lei Estadual 23.291/2019: “I – para a obtenção da LP, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo: e) estudos sobre o risco geológico, estrutural e sísmico e estudos sobre o comportamento hidrogeológico das descontinuidades estruturais na área de influência do empreendimento”.

A alternativa E está correta. Conforme artigo 7º, §2º, da Lei Estadual 23.291/2019: “§ 2º – Antes da análise do pedido de LP, o órgão ou a entidade competente do Sistema promoverá audiências públicas para discussão do projeto conceitual da barragem, considerando suas diversas fases de implantação até a cota final, para as quais serão convidados o empreendedor, os cidadãos afetados direta ou indiretamente residentes nos municípios situados na área da bacia hidrográfica onde se situa o empreendimento, os órgãos ou as entidades estaduais e municipais de proteção e defesa civil, as entidades e associações da sociedade civil, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.”.

QUESTÃO 80. Acerca da destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, analise as afirmativas a seguir.

É vedada a destinação de bens para:

I. Manutenção de custeio de atividades do Poder Judiciário e Ministério Público.

II. Remuneração ou promoção pessoal, direta ou indiretamente, de membros ou servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público ou de integrantes das instituições, entidades ou órgãos beneficiários.

III. Destinatários que representem um conflito entre o interesse público e interesses privados.

IV. Destinatários de bens ou recursos que tenham deixado de aplicá-los na finalidade prevista.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

c) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.

d) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

e) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre a destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, regulamentada pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024.

O item I está correto: o art. 7º, inciso I, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024 veda expressamente a destinação de bens e recursos para "manutenção ou custeio de atividades do Poder Judiciário e Ministério Público".

O item II está correto: o art. 7º, inciso II, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024 veda a destinação para "remuneração ou promoção pessoal, direta ou indiretamente, de membros ou servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público ou de integrantes das instituições, entidades ou órgãos beneficiários".

O item III está correto: o art. 7º, inciso X, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024 veda a destinação para "destinatários que representem um conflito entre o interesse público e interesses privados".

O item IV está correto: o art. 7º, inciso IV, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024 veda a destinação para "destinatários de bens ou recursos que tenham deixado de aplicá-los na finalidade prevista".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreira juridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreira juridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)